



Índice

- 01** Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil
- 02** Professor Carlos Alberto Domingos Kaxinawá é brutalmente assassinado no Acre
- 03** A luta do Povo Indígena Pitaguary pela garantia dos seus direitos
- 04** Comunidade tradicional no litoral catarinense recebe estudo antropológico visando regularização
- 05** Educafro vai se reunir com ministros tentando evitar cortes na educação
- 06** Expedição Cidadania será lançada hoje e atendimento começa na terça
- 07** Ação Povo das Águas começou hoje no Pantanal
- 08** Pesquisadores analisam salinidade do rio São Francisco
- 09** UGT apoia Movimento de mobilização pela revitalização do Velho Chico
- 10** Mulheres lideram a produção e colheita de açaí na região das ilhas
- 11** Rio dá sinais de vazante em Porto Acre, mas ainda preocupa
- 12** Emissão de RG e CPF segue até quinta-feira no CRAS Ribeirinho
- 13** Comunidades quilombolas são beneficiadas em Cabo Frio, no RJ
- 14** Mais de três mil cestas básicas são entregues a quilombolas
- 15** Tecnologias sociais garantem água potável na Amazônia



- 16** Acesso aos recursos genéticos: Entre formigas e gigantes
- 17** Caatinga e Cerrado terão mais de R\$ 2 milhões do Fundo Clima
- 18** Por luta em defesa dos direitos das mulheres, liderança indígena recebe o Marta Guarani
- 19** Governo buscará PPP para investir R\$ 4,5 milhões na ampliação de museu
- 20** Enfermeiros dos DSEIs Alto Rio Juruá e Alto Rio Purus participam de capacitação
- 21** O novo marco legal da biodiversidade
- 22** Isolados ou cadastrados: os índios na era desenvolvimentista
- 23** Índios da Caatinga e do Cerrado terão 2,5 milhões do Fundo Clima
- 24** Nota de Esclarecimento sobre acusações do GTA
- 25** Mostra de cinema indígena chega a aldeia em Ribeira do Pombal no dia 12
- 26** Parceria entre Marinha e poder Judiciário vai atender moradores no Pantanal
- 27** Pescadores e pescadoras artesanais: arte e sustento em terras e águas brasileiras
- 28** Procuradores cobram regularização de terras quilombolas
- 29** Economia Criativa: Secel-MT e Mato Grosso Criativo retomarão ações no quilombo de Mata Cavalo
- 30** Indígenas atribuem a ato de racismo assassinato de professor Huni Kui em Santa Rosa do Purus (AC)



Boletim de Notícias - Edição nº 43/2015

Brasília, 10 de março de 2015.

Articulação Nacional das Pescadoras: a contribuição das mulheres para a luta das comunidades pesqueiras do Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.03.2015



Por CPP Nacional

Fundada em 2005, a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP) representa uma vertente dos movimentos sociais na qual as mulheres começam a inserir junto às questões de seus grupos pontos no âmbito do gênero. Indo de encontro à lógica patriarcal vigente na sociedade, as pescadoras do Brasil perceberam a necessidade em se organizarem coletivamente a fim de garantir direitos que sempre lhes foram negados. Antes vistas só como “ajudantes” de seus maridos, as mulheres do mundo da pesca querem não só o reconhecimento como atoras importantes para a produção pesqueira nacional, mas também como agentes essenciais para a luta das comunidades pesqueiras.

No Dia Internacional da Mulher, 08 de março, trazemos essa entrevista com duas integrantes da ANP, a pescadora de Itapissuma/Pernambuco, Joana Mousinho, e Maria Eliene (Maninha), pescadora de Fortim/Ceará.

CONT.



CPP: Como foi o início da luta das mulheres pescadoras no Brasil?

Joana: A organização para a nossa luta começou em Itapissuma/PE, nos anos 70, com o apoio da Irma Maria Nilza, A irmã veio da Paraíba, e quando chegou por aqui, começou a reunir as mulheres para discutir o evangelho e questões de direitos e deveres. As primeiras mulheres a tirarem a carteira de pescadora foram de Itapissuma graças à mobilização feita por nós. Depois de Itapissuma, esse direito foi chegando em outras cidades, expandindo nossa luta. Com o apoio do CPP, a luta das mulheres conseguiu chegar a mais comunidades espalhadas pelo Brasil.

CPP: Em 2005 surgia a ANP, como foi o processo de fundação e quais as principais dificuldades que vocês encontraram?

Joana: A ANP surgiu quando o governo federal convidou as mulheres pescadoras do Brasil a participarem de um Congresso em Brasília para fazer discussões sobre a realidade das mulheres da pesca. Nós fizemos diversas propostas e nenhuma saiu do papel, por isso, resolvemos fundar a ANP, para que nossas pautas se fortalecessem e fossem conquistadas.

Maninha: Vimos a necessidade de formar um grupo e nos fortalecer pela dificuldade de sempre estar indo de encontro em encontro. Formamos a ANP porque nada do que a gente falava era considerado por ninguém que não fôssemos nós mesmas. A dificuldade que sentimos foi porque eram poucas mulheres, pois seus companheiros não as deixavam sair para passar vários dias fora de casa. E ainda porque muitas não conheciam seus direitos.

CPP: Quais mudanças para as mulheres podem ser exaltadas desde a fundação da ANP?

Joana: Desde o apoio da Irmã Nilza que vemos que o avanço foi muito grande. Antes, a gente como mulher nem conseguia chegar numa colônia. Hoje, muitas de nós somos até presidentes de colônias. Antes, as mulheres não podiam se aposentar, a gente tinha que esperar o marido morrer pra ter acesso à sua aposentadoria. Só em 1993 é que as mulheres casadas passaram a ter direito a se aposentar. Não tínhamos direito ao salário maternidade, e hoje já temos. Só em ver o número de mulheres cadastradas nas colônias, as mulheres aposentadas e a união de grande parte das mulheres para defender os direitos, percebemos como são muitos os avanços. Com a ANP, conseguimos o contato com o Ministério da Saúde, com quem estamos debatendo as nossas doenças ocupacionais. Ainda podemos ver mulheres da pesca saindo para outros países para falar de nossas questões. A ANP ainda está inserida em outras articulações, como a Articulação de Trabalhadoras Rurais, o que esta dando uma visibilidade muito grande para nossa luta.

Maninha: Com a ANP, muitas agora saem para os encontros e possuem mais conhecimento. E hoje também não temos vergonha de dizer que somos pescadoras ou marisqueiras.

CPP: Como você percebe o papel das pescadoras na luta das comunidades pesqueiras atualmente? Qual o papel delas na luta em defesa do território tradicional pesqueiro?

CONT.



Joana: Eu acho que na luta em defesa dos territórios pesqueiros, as mulheres são muito atuantes. Vemos mais mulheres nas ocupações, nos manifestos. E isso porque é a gente quem mais sofre, nós é que estamos ali na beira da praia todo dia, enquanto os homens estão no mar. Quando expulsam nossas comunidades, somos nós que estamos lá. Os homens também sofrem, mas a carga maior recai na gente.

CPP: Em relação às doenças, há também uma maior incidência entre as mulheres?

Joana: A gente adoece mais rápido porque temos várias jornadas de trabalho: tomamos conta da casa, maridos, filho; pescamos, cuidamos do produto pescado, vamos às feiras comercializá-los.

Maninha: Sim, há uma maior incidência entre as mulheres. A mulher quando vai pescar e está menstruada, por exemplo, fica mais vulnerável. Também pelo trabalho que estamos inseridas: por estarmos quase sempre em contato com a água, pelo nosso tipo de coleta, estamos mais expostas. Nós estamos mais nos mangues, em contato com as águas, e ficamos mais expostas a pegarmos doenças, pois muitas dessas águas estão poluídas.

CPP: A luta das pescadoras possui linhas específicas. Quais as principais questões pautadas pela ANP hoje?

Joana: As doenças ocupacionais, o próprio território pesqueiro, a briga por causa da pensão por morte (marido) e a incidência no MPA que não está fazendo a carteira de pesca, e com isso estamos perdendo os direitos previdenciários. Ainda tem a nossa luta por causa da água que está sendo privatizada.

Maninha: O reconhecimento das doenças ocupacionais; nossos direitos previdenciários; o acesso à terra e à água; a ampliação da ANP com mais pescadoras e a ampliação das políticas específicas para a mulher da pesca.

CPP: De quase 10 anos para cá, foram realizados quatro Encontro Nacionais da ANP. Qual o balanço que você faz desses encontros e quando teremos o próximo?

Maninha: Eu vejo as mulheres bem preparadas para buscar nossos direitos, além disso, aconteceu um crescimento da mulher no seu papel e a gente vê a presença do MPP e da ANP em encontros internacionais. Ainda temos o engajamento com outros movimentos e redes. Nosso próximo encontro acontecerá no Maranhão em 2016.

CPP: Como está a relação junto ao governo? Agora em abril vocês terão reuniões em Brasília, poderia nos adiantar quais as prioridades para essa agenda?

Maninha: De 06 a 10 de abril, vamos ter reunião com o Ministério da Saúde para tratar sobre as doenças ocupacionais e também com o Ministério da Pesca e a Superintendência Geral da União (SPU) para tratar de outras pautas.

CONT.



CPP: Cerca de 70% do pescado nacional vem da pesca artesanal, mas o governo desconsidera esse número negando a importância das comunidades pesqueiras para o país. Sabemos que a questão é ainda mais profunda quando falamos do trabalho das mulheres. Como as pescadoras se inserem na produção pesqueira e por que podemos considerar que esse processo de invisibilidade é ainda mais forte para elas?

Joana: Acho que nós contribuimos até mais do que os pescadores, porque a gente ainda beneficia os nossos produtos. Fazemos caldinhos, arte para vender nas praias, por exemplo. O Sururu, o marisco, o aratu, e peixes (muitas pescam também) surgem do nosso trabalho, muitos desses frutos os homens não pescam, só nós.

Maninha: Nós nos inserimos pelo nosso trabalho porque sem ele a produção pesqueira não seria de 70%, e nós MULHERES também colocamos o pescado na mesa do Brasileiro. E as mulheres são mais invisibilizadas porque o homem já leva a fama de pescador, e a mulher não, e isso porque eu acho que o machismo está na própria sociedade e também no MPA que não nos considera.

CPP: O protagonismo das mulheres é evidente no Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), mas isso reflete dentro das comunidades? Como o machismo pode frear os avanços conquistados?

Joana: Tem mulheres que pagam a colônia dela e dos maridos, pois possuem já as condições e querem os incluir. Mas existem lugares em que o machismo é tão forte que as mulheres tem medo de serem prejudicadas, de serem ameaçadas. Homem que é presidente e não quer que as mulheres participem das decisões...

Maninha: Hoje as mulheres se sentem encorajadas para a luta junto com seus companheiros. Porém, apesar de antes ser mais forte, muitos maridos ainda não deixam as mulheres participarem dos processos.

CPP: A ANP é sem dúvida uma importante articulação para a luta das pescadoras e exemplo para a luta das mulheres de todo Brasil e de diversos segmentos. Quais conquistas você espera para a ANP nos próximos anos?

Joana: Espero que a gente fortaleça o discurso da água, que se resolva esse caso das nossas carteiras, que também é uma causa dos pescadores. Quando brigamos, brigamos pelos homens também. Que a gente consiga as assinaturas em defesa do nosso território pesqueiro.

Maninha: Esperamos ter mais visibilidade e empoderamento das mulheres pescadoras; queremos o reconhecimento das doenças ocupacionais pelo SUS e INSS; esperamos mais companheiras na luta e também fortalecer a base através de nossos conhecimentos. Ainda: espero o sucesso da nossa Campanha pelo Território Pesqueiro.

Foto: Joana e Maninha, pescadoras e integrantes da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP)



Professor Carlos Alberto Domingos Kaxinawá é brutalmente assassinado no Acre
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.03.2015

Redação Yandê

O professor da Aldeia Novo Lugar do Povo Kaninawá (Huni Kuin), Carlos Alberto Domingos Kaxinawá, de 34 anos foi encontrado morto na manhã deste domingo (08). Seu corpo estava na praça do município de Santa Rosa do Purus, no Acre. A Polícia civil de Santa Rosa prendeu três suspeitos depois da mobilização de lideranças, eles são da cidade de Sena Madureira. Apenas um dos suspeitos é maior de idade.

Carlos Alberto Kaxinawá foi atingido por pancadas de tijolos. Ele era filho do Cacique Edivaldo Domingos Kaxinawá e estava no município por causa do curso de formação pedagógica. Não se sabe o motivo do crime mas existe suspeitas que tenha sido por preconceito. Outros crimes tem ocorrido com indígenas no município o que preocupada muitas lideranças e as comunidades.

No dia 24 de março em 2013, os indígenas Ventura Samora Kaxinawá, Sebastião Kaxinawá e Carlos Torres Peres Kaxinawá foram atingidos na virilha, abdômen e tórax após participarem como torcedores de uma partida de futebol salão na quadra do ginásio de esportes da cidade. Os tiros foram de espingarda calibre 24 e o atirador foi preso em flagrante.



Boletim de Notícias - Edição nº 43/2015

Brasília, 10 de março de 2015.

A luta do Povo Indígena Pitaguary pela garantia dos seus direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.03.2015



Observatório Socioambiental

Entrevista com Madalena Pitaguary, professora, liderança indígena e coordenadora da Associação Mãe Terra. O fechamento do portão que dá acesso à localidade de Santo Antônio e ao açude de mesmo nome, na Terra Indígena Pitaguary (Maracanaú-CE), são medidas necessárias para a garantia dos direitos da terra que lhes pertence e do patrimônio material nela presente.

[Assista ao vídeo.](#)

Comunidade tradicional no litoral catarinense recebe estudo antropológico visando regularização

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.03.2015



Inkra/SC

“Quando era criança, plantávamos oito, dez roças de mandioca, comia tudo a base de farinha e também pagava com farinha o armazém. Dava trabalho viver, mas o gosto do meu velho era ver aquele engenho funcionando e hoje eu tento manter isso. Mas fiquei sem um lugarzinho para plantar um pé de capim”. As lembranças de Aurino de Souza e dos demais moradores da Comunidade Tradicional de Agricultores e Pescadores Artesanais dos Areais da Ribanceira, localizada no município de Imbituba (SC), a 90 km de Florianópolis, serão o principal subsídio aos estudos dos pesquisadores que iniciaram na última quarta-feira a elaboração do relatório antropológico da comunidade.

Primeiro passo para o reconhecimento do território, os estudos foram contratados pela Superintendência Regional do Incra em Santa Catarina a fim de obter dados históricos, antropológicos, ambientais e produtivos para avaliar a possibilidade de regularização da área pleiteada pelas famílias.

Na primeira reunião de trabalho com a equipe, a maioria dos participantes exibiu, sob o

CONT.



chapéu de palha, cabelos grisalhos e rostos marcados pelo tempo e pelo sol. São agricultores descendentes de famílias que há mais de um século cultivam e processam mandioca nos areais, extraem da mata o butiá para uso na alimentação e artesanato e praticam no mar a pesca artesanal. Entretanto, ao longo dos anos, a comunidade foi sendo expropriada da área ocupada – hoje reduzida a cerca de 10% da original. “Isso aqui todo mundo plantava, uns morriam, deixava para os outros, mas uns e outros começaram a cercar. A gente queria era ficar aqui, mas eles queriam tirar”, relata Ana Cardoso.

Resistência

Marlene Borges, presidente da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi) – que reúne cerca de 60 associados que lutam pelo resgate da comunidade –, explica que grande parte da área foi repassada do patrimônio público ao privado em negociações suspeitas e que não levaram em consideração os ocupantes tradicionais. “Apesar disso, quem continuou na posse da terra foi a população tradicional e não o governo e as empresas”, defende. Mas em 2010, a instalação de uma grande empresa reduziu muito a área cultivável, afetando a sobrevivência da comunidade. “Criei seis filhos nessa roça, mas agora não tem mais terra. É pouca”, disse José João Farias.

Hoje, a intenção do grupo, que conta com o respaldo do Ministério Público Federal (MPF), é buscar regularizar a posse tradicional da área. “Ninguém aqui quer terra pra repartir, mas acredito que a terra deve ser de quem trabalha nela e se há lei, iremos conseguir”, argumenta Luís Farias.

Passo a passo

Para contemplar toda a história e as necessidades da comunidade, a proposta, segundo Wladimir Sena Araújo – antropólogo responsável pelo relatório –, é que o trabalho seja uma construção coletiva, “que tenha o olhar comunitário e também a avaliação técnica”.

A primeira etapa consistirá na realização de entrevistas e reuniões a fim de fazer a elaboração de mapas de uso, ocupação, cultura, entre outros. No período também serão realizadas pesquisas históricas com base em documentos pessoais e oficiais e serão consideradas outras pesquisas já realizadas no local por órgãos públicos e organizações não-governamentais. O prazo para conclusão dos trabalhos é de nove meses. “O Incra estará sempre presente acompanhando os trabalhos da equipe e a expectativa é de que o resultado abra um leque de ações em benefício da comunidade”, conclui Sessuana Paese, chefe da Divisão de Ordenamento do Incra/SC.

Educafro vai se reunir com ministros tentando evitar cortes na educação

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 09.03.2015

Ativistas querem também inclusão de negros no Conselho Nacional de Educação, efetivação da comissão criada de acompanhamento da política de cotas e revisão das novas normas do Fies

por Rodrigo Gomes, da RBA

São Paulo – Militantes da Rede Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) vão se reunir no próximo dia 17 com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e da Educação, Cid Gomes, para reivindicar que os cortes de gastos anunciados pelo governo federal não sejam aplicados aos programas de inclusão de alunos carentes e negros. A reunião foi obtida após manifestação na sede dos dois ministérios, na manhã de hoje (9), inclusive com o acorrentamento de um grupo de ativistas na Fazenda.



Vinte ativistas ocuparam a sede do Ministério da Fazenda e se acorrentaram, exigindo reunião com o ministro

Anunciado pela presidenta Dilma Rousseff no fim do ano passado, o corte de gastos no governo em todos os ministérios deve chegar a R\$ 22,7 bilhões neste ano, sendo cerca de R\$ 7 bilhões nas verbas de educação.

“Não podemos aceitar que os cortes atinjam a educação e provoquem a exclusão dos alunos pobres e de cotistas”, explicou o coordenador-geral da Educafro, Frei David Santos. Segundo ele, o acorrentamento foi necessário, pois a segurança tentou impedir a entrada dos ativistas no Ministério da Fazenda. Após forçar a entrada no prédio, e manter o acorrentamento por cerca de duas horas, os manifestantes foram recebidos por assessores da pasta, que agendaram a reunião.

Segundo Frei David, alunos de diversas regiões do país têm desistido de cursos em universidades federais, por não conseguir acesso à Bolsa Permanência e auxílio de alimentação. “Isso é inaceitável. Depois de todo o esforço para efetivar as cotas, para mantê-las, não podemos perder tudo por falta de dinheiro para o estudante permanecer na instituição”, afirmou.

CONT.



Dinamarca

De acordo com o coordenador, alunos carentes, ou que estão fora de sua cidade natal, não conseguem se manter, e as famílias não têm condições de financiá-los. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O valor é adequado às necessidades de cada aluno. Porém, é a própria instituição que administra o recurso.

“Isso também deve mudar. Se a universidade tem problemas financeiros, deixa de aplicar o recurso corretamente. O certo é ser repassado ao aluno, por meio de um cartão de benefícios”, avaliou Frei David.

Já o Programa de Bolsa Permanência (PBP) das universidades federais compreende uma bolsa de R\$ 400, direcionada a estudantes de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas. A bolsa é repassada diretamente ao estudante e pode ser adequada às necessidades, no caso de indígenas e quilombolas.

No Ministério da Educação, os militantes têm mais reivindicações. Querem a inclusão de negros no Conselho Nacional de Educação, a aplicação da comissão implementada em setembro do ano passado para acompanhar a aplicação da política de cotas nas universidades federais e a revisão das novas normas do Programa de Financiamento Estudantil (Fies). “O conselho parece ser um colegiado da Dinamarca”, ironizou Frei David.

Sobre o acesso ao Fies, ele considera que a exigência de obter 450 pontos, no mínimo, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), é um retrocesso à inclusão de pobres e negros. “O Fies é o último recurso do estudante pobre que não obteve acesso via Prouni – programa de bolsas para ingresso em universidades privadas – ou Sisu (Sistema de Seleção Unificada, para ingresso em instituições públicas). Essa pontuação desconsidera ainda o quanto é ruim o ensino médio estadual no país”, defendeu o coordenador.

Outra demanda da Educafro diz respeito ao coordenador da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação. A pasta está sem coordenador desde janeiro, e os militantes temem que a contenção de gastos levem à extinção da secretaria, “único espaço de negros, indígenas e quilombolas no ministério”, segundo Frei David. A Secadi é responsável pela articulação de políticas educacionais especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais, entre outras atividades.

Os ativistas esperam que a mobilização sensibilize o governo federal para uma atuação política e não meramente “tecnocrata” das questões econômicas e sociais. “Estamos tristes porque na eleição o povo negro tomou posição em defesa da reeleição da presidenta Dilma, mas agora estamos esquecidos, excluídos das instâncias de decisão”, desabafou Frei David.

Procurado, o Ministério da Educação não retornou até as 17h. A RBA não conseguiu contatar o Ministério da Fazenda.



Expedição Cidadania será lançada hoje e atendimento começa na terça

SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 09.03.2015

Fonte: Assessoria de Imprensa PMC

A partir de terça-feira, 10 de março, a população ribeirinha residente na região entre Corumbá e Cáceres, no Mato Grosso, receberá atendido por meio da Expedição da Cidadania, programa realizado pelo Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Marinha do Brasil (6º Distrito Naval de Ladário), com apoio da Prefeitura de Corumbá.

A Expedição Cidadania 2015 será lançada na tarde desta segunda-feira, 09, em ato marcado para às 16 horas, no 6º Distrito Naval. O embarque das equipes acontece amanhã, dia 10, e os serviços acontecerão até o dia 27 de abril, a bordo do Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano, que navegará pelo Rio Paraguai atendendo ribeirinhos até a cidade de Cáceres.

O projeto visa promover serviços de expedição de documentos como certidão de nascimento (registro tardio), carteira de identidade, CPF, CTPS e concessão administrativa de benefícios previdenciários. A ação garante também o acesso ao Juizado Especial Federal e a serviços de saúde preventiva (preventivo ginecológico, higiene bucal).

Nesta primeira fase da expedição serão feitos os atendimentos iniciais para identificar as necessidades dos cidadãos, com a respectiva expedição dos documentos, elaboração dos requerimentos administrativos de benefícios previdenciários e as coletas de informações dos processos nos Juizados Especiais.

Na segunda etapa, no período de 13 a 30 de junho, serão entregues os documentos, realizadas as audiências de instrução e julgamento dos processos. Ao longo das duas etapas acontecerão serviços ligados ao atendimento médico, odontológico, oftalmológico, entre outros.

Além de equipe médica, integram a expedição um juiz, um servidor judiciário e um oficial de justiça, além de um promotor público e de um defensor público, que ouvirão os conflitos desta população que vive longe dos centros urbanos.

Ação Povo das Águas começou hoje no Pantanal
SÍTIO A CRÍTICA, 09.03.2015



Fonte: Assessoria
Foto: Prefeitura de Corumbá

A ação social Povo das Águas inicia 2015 atendendo a população ribeirinha residente na região do baixo Pantanal. Os trabalhos começaram hoje (9), e a primeira comunidade atendida será de Porto Esperança.

Até o meio-dia, os moradores de Porto Esperança poderão contar com serviços médicos, odontológicos, assistenciais e educacionais.

Na terça-feira, 10, os servidores da Prefeitura de Corumbá estarão em Forte Coimbra, na Escola Municipal Ludovina Portocarrero, das 07 às 11 horas.

A terceira comunidade a ser atendida pelo Povo das Águas será da região do Morrinho. Os trabalhos acontecerão no Porto da Odila na quarta-feira, dia 11.

No dia 12, quinta-feira, a ação acontece no Porto da Manga. O atendimento será das 7h às 11 horas. Em seguida o barco segue até a área conhecida como Formigueiro, onde os ribeirinhos da região da Boca do São Lourenço, do Paraguai Mirim e da Volta Grande serão atendidos no Porto Dona Fátima.

Esta é a primeira ação do ano e a previsão é atender 240 famílias que residem nas margens do Rio Paraguai.



Pesquisadores analisam salinidade do rio São Francisco

SÍTIO INFONET, 09.03.2015

Pesquisadores realizaram o levantamento próximo a foz

A influência da cunha salina no estuário do rio São Francisco e suas consequências estão sendo estudadas por pesquisadores do Laboratório Georioemar da Universidade Federal de Sergipe e do Projeto Águas do São Francisco/ Sergipetec. Um grupo composto por oceanógrafos, biólogos técnicos agrícolas e estudantes de engenharia ambiental e engenharia agrônoma estiveram na região da foz do São Francisco, em Brejo Grande (SE), para fazer um levantamento da vazão e para detectar a intrusão da cunha salina no rio.

Os pesquisadores realizaram o levantamento no trecho do rio próximo à foz, na região costeira norte de Sergipe, para medir a velocidade da água utilizando as ondas sonoras, através do efeito Doppler, com o uso de um medidor tipo ADCP. "O objetivo do levantamento é analisar a atual vazão do rio São Francisco, bem como a influência da cunha salina no estuário, principalmente nos picos de maré enchente", explica o oceanógrafo Jonas Ricardo, da equipe técnica do Laboratório Georioemar/ UFS.

Ele lembra que o estudo feito na região estuarina do rio São Francisco poderá indicar a influência que o rio sofre com o avanço da cunha salina nas suas águas, hoje afetando diretamente às populações ribeirinhas. "Com a diminuição da vazão, regulada pelas represas hidrelétricas, a cunha salina tende a adentrar mais o rio, tornando a água salobra e promovendo mudanças na sua qualidade para consumo, deixando de ser um recurso que possa ser utilizado diretamente, tanto pelas pessoas como pelos animais e plantas", afirma.

Para ele, a intrusão salina constitui uma ameaça potencial ao suprimento de água, tanto para abastecimento humano, quanto para uso industrial e animal. Por conta disso, há uma necessidade de se compreender os impactos atuais gerados pela regulação das vazões do rio, e compreender melhor a atuação de fatores relacionados a proximidade da linha costeira, a sazonalidade climática e as diminuições das vazões pelas usinas hidrelétricas.

Ele explica que o avanço da cunha salina ocorre quando a cunha de água salgada do mar avança ou se mistura com as águas doces do rio. "Com a grande vazão que o rio tinha antigamente, a força não permitia a entrada de água salgada. Os pescadores relatam que antigamente não acontecia o fenômeno da água salobra invadindo o rio. Hoje, isso ocorre com frequência principalmente com as marés de maior amplitude", ressalta Jonas Ricardo, da equipe Georioemar-UFS.

A bióloga Neuma Rúbia, do Projeto Águas do São Francisco, doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS), participou do levantamento na desembocadura do rio. Para ela, os

CONT.



ribeirinhos já sentem a água salobra e, caso a água do rio sofra uma maior influência da cunha salina, a comunidade poderá ficar sem água para consumo. "O carro chefe da minha pesquisa é a análise da cunha salina na foz do São Francisco, mas também analisaremos a água potável para consumo porque queremos dar uma resposta à comunidade", diz. Esses dados farão parte da tese de doutorado por título Hidrodinâmica Ambiental na Foz do São Francisco desenvolvida atualmente pela pesquisadora.

O Laboratório Georioemar da Universidade Federal de Sergipe é coordenado pelo professor-geólogo Luiz Carlos Fontes e possui uma equipe multidisciplinar composta por geólogos, oceanógrafos, sedimentólogos, entre vários outros pesquisadores. O Projeto Águas do São Francisco é coordenado pelo professor Antenor de Oliveira Netto, grupo Acqua.

Fonte:Ascom Laboratório Georioemar



UGT apoia Movimento de mobilização pela revitalização do Velho Chico

SÍTIO FAXAJU, 09.03.2015

Compreendendo as consequências da baixa do Rio São Francisco, a União Geral do Trabalhador- UGT- apoia o Movimento de Mobilização da Sociedade Civil pela revitalização do rio São Francisco formado por militantes de movimento sociais, profissionais liberais, estudantes, professores, pequenos empresários, sindicatos e associações.

O objetivo é mobilizar a sociedade para participar e cobrar dos gestores e dos responsáveis pela degradação do rio medidas efetivas. Será formado um comitê de Mobilização da Sociedade Civil da Bacia que contará com a participação de todos os Estados da Bacia.

“Faremos um trabalho coordenado com instituições e diversos setores da sociedade civil organizada e não organizada para pressionar os responsáveis a fazer a revitalização do rio, mas o mais importante é a sociedade entender que cada pessoa pode contribuir de alguma forma. Não podemos cruzar os braços porque o Velho Chico está secando. Agradeço à UGT e todos os sindicatos filiados na capital e interior pelo apoio. A cada dia nos fortalecemos”, avalia um dos coordenadores do Movimento de Mobilização da Sociedade Civil pela revitalização do rio São Francisco, Antônio Góes.

Para o presidente da União Geral dos Trabalhadores(UGT) e Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado de Sergipe (Fecomse), Ronildo Almeida, é importante a preocupação de todos com a questão do rio São Francisco. “ é importante pela sobrevivência do povo ribeirinho, abastecimento de água de milhares de cidades bem como para o sustento, através da pesca e agricultura, fonte de renda das famílias ribeirinhas. A ação é conjunta e a causa é de todos nós”, destaca Ronildo.

Da assessoria

Mulheres lideram a produção e colheita de açaí na região das ilhas
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 09.03.2015



Criada entre os açaizais na Ilha Jussara, Edina Siqueira até hoje é ágil para subir na palmeira e retirar os cachos de açaí

Na Ilha Jussara, a cerca de uma hora de barco do centro de Belém, um grupo de mulheres está mudando a realidade social e econômica de comunidades localizadas na área conhecida como Furo do Maracujá. Na ilha, ao contrário do que ocorre em outras regiões ribeirinhas, as mulheres são responsáveis pelo manejo e a colheita do açaí, vendido diariamente em locais como o Complexo Ver-o-Peso e demais feiras da capital. O trabalho é resultado de cinco anos de acompanhamento técnico oferecido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PA), que ajudou a aumentar a produção em quase 60%.

“O maior produto econômico das ilhas é o açaí, que corresponde a algo em torno de 85% até 95% da renda. Nós fizemos um processo inicial de manejo de açaizal com alguns produtores. Quando chegamos aqui já havia comunidades com algum treinamento. Então, o que fizemos

CONT.



foi aperfeiçoar o manejo já iniciado e ensinar aqueles que precisavam começar do zero, para que o pessoal pudesse melhorar a renda”, conta o engenheiro agrônomo Lucival Solim Chavez, da Emater, que há cinco anos acompanha o trabalho desenvolvido na comunidade.

Aos 50 anos, a habilidade de Edina dos Anjos do Nascimento Siqueira ao subir no açaizeiro utilizando apenas uma peconha (artefato feito com um pedaço do tecido da saca de açaí) é impressionante. Uma atividade que não requer nenhum esforço, segundo ela. “Eu faço isso desde criança. Era muito danada e subia no pé de açaizeiro para fugir da minha mãe. Nasci e me criei aqui. Eu e várias mulheres cuidamos dos açaizeiros, fazemos o manejo e também a colheita. Os homens nos ajudam, mas nós somos a maioria e nos ajudamos”, disse Edina, que é líder da comunidade na Ilha Jussara.

Orientação - “Estamos trabalhando com o açaí já faz uns sete anos. Eu comecei a apanhar açaí com o meu pai há mais de 40 anos, mas não tinha manejo e tudo era mais difícil. Começamos a receber uns cursos, mas quem nos acompanhou mesmo foi a Emater, que nos ensinou a trabalhar melhor, e assim o nosso plantio e a colheita também melhoraram. Além disso, a gente aprendeu como conseguir financiamento, e agora participamos do Pronaf (Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar). Tudo isso foi muito bom para a gente”, acrescenta Edina Siqueira.

O quintal da casa de Edina tem mais de 5 mil palmeiras de açaí, distribuídas pelo terreno de forma planejada, e outras árvores frutíferas que também geram renda, como cacau e cupuaçu. “A produção aumentou aproximadamente uns 50%, podendo chegar a 60%. A prova é que a produção cresceu em termos de tempo: começa mais cedo e acaba mais tarde. E quando chega o período do pico da safra alguns produtores têm dificuldade na colheita devido à grande quantidade produzida nas unidades. Hoje, por exemplo, uma unidade que antigamente ficava numa faixa de quatro toneladas por hectare, hoje pode atingir até oito toneladas por hectare”, explica o agrônomo Lucival Solim.

Liderança - Dentre a principal característica da comunidade na Ilha Jussara está o engajamento das mulheres, que naturalmente conquistaram a liderança na produção de açaí, inclusive com o apoio dos maridos, que geralmente são responsáveis pela venda do produto. José Maria Freire Siqueira, 58 anos, marido de Edina, todos os dias sai à meia-noite da Ilha Jussara para vender a produção no Ver-o-Peso. Enquanto a mulher prepara as rasas (recipientes feitos de fibra vegetal para acondicionar os frutos), ele negocia o preço com os clientes e abastece o barco, para descarregar o produto em Belém.

“A gente trabalha bastante. Carregamos os barcos todos os dias e, na época da safra, a gente amanhece vendendo no Ver-o-Peso. Cada um faz a sua parte, e o trabalho delas é muito bom. As mulheres são mais organizadas do que os homens em muitas situações. Mais dedicadas. A mulher quando coloca algo na cabeça não tem quem impeça. A minha mulher é um exemplo: sobe no açaizeiro, pesca de matapi (armadilha para captura do camarão), corta palmito, mobiliza todo mundo, faz de tudo. O pessoal diz que ela devia ter nascido homem, mas eu acho que ela tá fazendo o certo, assim como as outras mulheres daqui”, conta José Maria, sem esconder o orgulho que sente da esposa.

CONT.



Fora da safra, o preço da rasa do açaí (com capacidade para 28 quilos) pode ultrapassar R\$ 250,00. Já nos períodos de colheita uma unidade de plantio pode lucrar por volta de R\$ 1.500,00 por semana. A renda é utilizada para manter a família e também para investir nas áreas de plantio.

“Nós observamos que havia uma associação das Ilhas Sul e, com o decorrer do tempo, a demanda de cada ilha se tornou bem diferente, e isso fez com que a gente orientasse a liderança das ilhas para cada uma ter a sua associação. Durante este processo nós vimos o papel fundamental das mulheres na produção e mobilização das comunidades, tanto nas reuniões, quanto para levar a informação às famílias de que a mulher tem uma dedicação especial em qualquer tarefa, sendo capaz de fortalecer a comunidade”, frisa o engenheiro da Emater.

O grupo da Ilha Jussara está prestes a formar uma associação e transformar a atividade em uma microempresa. Este crescimento será proporcional à estrutura oferecida no local, como a distribuição da rede elétrica. Até lá, o crescimento das mulheres no Furo do Maracujá será acompanhado de perto, para que possa continuar rendendo bons frutos em todas as épocas do ano.

Diego Andrade
Secretaria de Estado de Comunicação

Rio dá sinais de vazante em Porto Acre, mas ainda preocupa

SÍTIO GLOBO.COM, 09.03.2015

*Nível do rio desce em média 2 cm por hora, estima prefeitura.
Prejuízo na zona rural, a mais afetada, deve chegar a R\$ 3 milhões.*



Quase 2 mil famílias foram atingidas pela cheia do rio Acre em Porto Acre
(Foto: Assessoria Prefeitura Municipal de Porto Acre)

O Rio Acre começa a dar sinais de vazante em Porto Acre, distante 78 km de Rio Branco, de acordo com a prefeitura, apesar do local não dispor de régua para medição da profundidade das águas. A quantidade de cadastros de pessoas atingidas chega a 1.071, incluindo zona urbana e rural. No entanto, a administração estima que esse número é superior a 1,5 mil. Desde o domingo (8), o manancial está descendo em uma média de 2 centímetros por hora, segundo a prefeitura.

Somente a zona rural, a mais atingida pela cheia do rio, contabiliza 210 famílias, compostas, ao todo, por 852 pessoas. Na região da cidade, a quantidade de famílias chega a 93 famílias, 219 pessoas. Pelo menos 53 famílias estão em sete abrigos distribuídos pela cidade. Na quinta-feira (5), o prefeito do município, Carlos Portela, decretou estado de emergência.

CONT.



Portela explica que as informações que o município tem sobre o nível das águas se dá apenas a uma régua improvisada pelo Corpo de Bombeiros, que permite verificar apenas a oscilação das águas. "Essa régua nos permite saber quantos centímetros o rio está baixando ou aumentando por hora. O rio voltou a subir depois do meio-dia do domingo [8], mas estabilizou e voltou a vazar novamente", fala.

O prefeito diz que pelo menos sete barcos estão sendo utilizados para levar água potável, alimentos e medicamentos para a população moradora às margens do rio. "Estamos levando assistência para as pessoas da zona rural, que é a área mais atingida pela enchente. Recebemos muitas doações esses dias e estamos dividindo entre os desabrigados", diz.

De acordo com o prefeito, o prejuízo causado pela alagação aos produtores rurais, deve chegar aos R\$ 3 milhões na agricultura familiar. "Fizemos um pequeno levantamento dos prejuízos na zona rural. Mas, esse levantamento ainda é bem parcial e com certeza o prejuízo podem ser bem maiores. A região ribeirinha tem de 350 a 400 lotes e eu diria que 80 a 90% desses lotes foram atingidos ", argumenta.

Prédios públicos, restaurantes e bares estão alagados, inclusive o prédio da prefeitura. "Não há registro de um acontecimento desse nos últimos 160 anos, ou seja, nós não tínhamos um desastre natural dessa proporção. Eu agradeço a ajuda que temos recebido, várias pessoas têm trazido roupas, alimentos, água e isso faz com que a gente se sinta um pouco mais confortável para enfrentar um desastre como esse", finaliza.



Emissão de RG e CPF segue até quinta-feira no CRAS Ribeirinho

SÍTIO GLOBO.COM, 09.03.2015

*Ação é do projeto "Academia Itinerante", da Polícia Civil do Estado.
Atendimentos seguem até a quinta-feira (12), no horário de 8h às 14h.*

O projeto "Academia Itinerante", da Polícia Civil do Estado iniciou nesta segunda-feira (9), em Santarém, oeste do Pará, atendimentos de cidadania dedicados aos usuários do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), que funciona no Mercado 2000. A ação segue até quinta-feira (12), no horário de 8h às 14h.

Segundo a delegada da Polícia Civil de Belém, Marlise Tourão, é a primeira vez que o município recebe a caravana do projeto. "Esse projeto faz parte de uma política, onde nós reunimos tanto a parte de operações técnicas, onde os policiais participam de cursos de capacitação, quanto as ações de cidadania, destinadas à população", destaca.

Estão sendo oferecidos serviços de emissão de carteira de identidade (RG) e CPF. A ação é uma parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (Semtras), Polícia Civil do Estado e Correios. Além da emissão de documentos, o Serviço Social do Comércio (SESC) está disponibilizando orientações e serviços em saúde.

A pescadora Marluce Santos é moradora da comunidade Flexal 2, no município de Monte Alegre e aproveitou a ação pela facilidade de rapidez no atendimento. "Eu vim em busca da carteira de identidade pra eu e meus filhos. Aqui é mais fácil, por que na delegacia dá muita gente e aqui é rápido e não tem muita gente", conta.

Para a emissão RG, são necessários os seguintes documentos originais: Certidão de Nascimento ou Casamento (original), comprovante de residência (original) e duas fotos 3x4 (recentes). Como documentos opcionais para a identidade, podem ser apresentados CPF, PIS ou PASEP.

Para a emissão de CPF é necessário apresentar Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade (originais), e pagar uma taxa de R\$8. Para os maiores de 18 anos, é necessário a apresentação do título eleitoral.

O próximo destino da caravana do Projeto "Academia Itinerante" será a comunidade Costa do Tapará, na região de rios. A comunidade também é atendida pelo CRAS Ribeirinho de Santarém, que fica nos altos do Mercado, localizado na Avenida Tapajós, com Travessa Professor Carvalho, bairro de Fátima.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43/2015

Brasília, 10 de março de 2015.

Serviço

O que: Projeto "Academia Itinerante" da Polícia Civil

Onde: Cras Ribeirinho - Mercado 2000 - Av. Tapajós, com Travessa Professor Carvalho, bairro de Fátima.

Quando: 9 a 12 de março

Horário: de 8h às 14h



Comunidades quilombolas são beneficiadas em Cabo Frio, no RJ

SÍTIO GLOBO.COM, 09.03.2015

*Renda é aumentada com criação de galinhas caipiras.
Cerca de 70 famílias serão beneficiadas.*

Duas comunidades remanescentes de quilombolas em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio, acompanhadas pela Secretaria Estadual de Habitação, por meio do Iterj (Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro), terão um projeto especial para desenvolvimento econômico. Suas produções agrícolas, entre outros programas, vão contar com o "Galinha Caipira". São 70 famílias das comunidades de Preto Forro e Maria Romana que já iniciaram aulas de manejo deste tipo de criação na Escola Agrícola de Cabo Frio.

As comunidades também vão contar com galinheiros, matrizes, vacinas e outros instrumentos para iniciar ou incrementar suas produções. O programa é desenvolvido em parceria com a Escola Agrícola da cidade.

O aumento da renda familiar com a criação diferenciada é um dos objetivos do programa. Uma dúzia de ovos de galinhas caipiras custa até R\$ 7, mais que o dobro dos "ovos de granja". E mais: depois da fase produtiva, as galinhas caipiras, para o abate, saem a R\$ 25, bem mais do que a média de R\$ 9, preço dos frangos resfriados, encontrados em supermercados.

As primeiras atividades do plano de trabalho do programa consistem em aulas teóricas já iniciadas para 22 quilombolas das comunidades de Preto Forro e de Maria Romana. Além da criação de galinhas caipiras, o programa envolve ainda a produção de hortaliças, conservação de alimentos e produção de mudas. Para Mayumi Sone, presidente do Iterj, "é um resgate da agricultura dos quilombolas, um programa cuidadosamente elaborado e desenvolvido pelos técnicos do Instituto".

As comunidades remanescentes de quilombolas em Cabo Frio foram as primeiras do país a receberem o título de posse de suas casas. Além da regularização fundiária, o Iterj atua nestes assentamentos com apoio à produção agrícola, por meio da cessão de equipamentos, insumos e cursos. Também foram reformadas as moradias das comunidades.

Mais de três mil cestas básicas são entregues a quilombolas

SÍTIO SURGIU.COM, 09.03.2015



As comunidades quilombolas de Grotão e Vale do Gameleira, em Filadélfia e São Joaquim, no município de Porto Alegre, receberam, neste fim de semana, cestas básicas doadas pela Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura.

O gerente de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Defesa e Proteção Social (SEDPS), André Luiz da Silva, é o responsável por fazer a entrega das cestas às comunidades atendidas. André frisou que esta é a primeira entrega do ano e que novas doações serão encaminhadas pela Fundação ao longo de 2015. "As comunidades são cadastradas junto à Fundação Palmares, que encaminha as informações ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que, por sua vez, entra em contato com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e esta nos informa quando as cestas estão prontas", destacou Silva.

Na comunidade Vale do Grotão, as cestas foram entregues à presidente da Associação, Maria Aparecida, que ficará responsável por distribuir os mantimentos às famílias. Para ela, as cestas vieram numa boa hora. "É muito importante pra gente essas cestas, pois aqui a gente não pode produzir, só temos mandioca. Se não fosse essa ajuda, eu não sei como viveríamos", conta a presidente. Nesta etapa foram distribuídas 3.080 cestas de alimentos.

Foto: André Luiz

Fonte: Seds



Tecnologias sociais garantem água potável na Amazônia

SÍTIO PORTAL BRASIL, 09.03.2015

Parceria entre MDS e Memorial Chico Mendes vai beneficiar 2,8 mil famílias de baixa renda de reservas extrativistas dos estados do AC, AP, AM e PA

Parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Instituto Memorial Chico Mendes vai garantir água potável a 2,8 mil famílias de baixa renda de oito reservas extrativistas em 14 municípios dos estados do Acre, Amapá, Amazônia e Pará. Ao todo, o governo federal está investindo R\$ 3 milhões na ação.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, apresentou nesta segunda-feira (9) o projeto, durante Encontro Extrativista Sobre Políticas Públicas, em Belém (PA).

Sanear Amazônia - Programa Cisternas na região Norte

Estado	Reserva Extrativista	Famílias beneficiadas	Municípios
AC	Chico Mendes	500	Assis Brasil, Brasiléia, Rio Branco e Xapuri
AM	Baixo Juruá	170	Juruá e Uarini
AM	Médio Juruá	500	Carauari
AP	Rio Cajari	500	Laranjal do Jari e Marzagão
PA	Arióca Pruanã	260	Oeiras do Pará
PA	Mapuá	300	Breves
PA	Soure	200	Soure
PA	Terra Grande Pracuúba	370	Curralinho e São Sebastião da Boa Vista
Total		2.800	14 municípios

“Apesar da abundância de água na região Amazônica, a população de baixa renda não tem acesso à água própria para consumo. Como a regularidade da chuva na região é maior, os sistemas permitirão melhor aproveitamento da água pluvial, que reservada e tratada de forma adequada é própria para o consumo e outros usos domésticos”, explica Campos.

Serão implantadas duas tecnologias: sistemas pluviais de Multiuso Autônomo e Multiuso Comunitário. No sistema Multiuso Autônomo, cada família poderá captar, armazenar e filtrar até seis mil litros de água da chuva.

CONT.



Já no Multiuso Comunitário, além das unidades domiciliares, também será instalado um módulo complementar de abastecimento com uma rede de distribuição, sendo acionado somente quando esgotar as reservas domiciliares.

As entidades que irão executar o projeto serão selecionadas pelo Memorial Chico Mendes. Elas vão mobilizar, selecionar e cadastrar as famílias em situação de extrema pobreza que não têm acesso adequado à fonte de água potável e que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Após a seleção, as famílias recebem capacitação sobre o uso adequado das tecnologias e sobre a gestão da água armazenada. E algumas pessoas terão treinamento para a construção dos sistemas.

"Já entregamos mais de 1 milhão de cisternas para consumo humano no Semiárido", lembrou o secretário. "Com essas novas tecnologias, passaremos a atender mais adequadamente também às demandas por acesso à água da região Norte."

Mais parcerias

Para garantir água de qualidade no Pará, o MDS também firmou convênio com o governo do estado. Ao todo, serão aplicados R\$ 4,2 milhões para beneficiar 800 famílias em nove municípios.

Já a parceria com Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) vai ter investimento de R\$ 2,9 milhões. Serão atendidas 590 famílias em três municípios.

Acesse o [Infográfico](#) que explica os sistemas.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Acesso aos recursos genéticos: Entre formigas e gigantes

SÍTIO REVISTA ÉPOCA, 10.03.2015

O acesso aos recursos genéticos é regulado por uma lei que dificulta o trabalho dos cientistas, frustra a indústria, e fecha-se para o interesse das comunidades e povos tradicionais

MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO E JAIME GESISKY



Líder Caiapó Beptopoop mostra plantas medicinais usadas pelos povos tradicionais para curar dor de cabeça
(Foto: Mauri Rautkari / WWF)

No interior da floresta amazônica, entre o Amapá e a Guiana Francesa, vive o povo indígena Palikur. Há muito, muito tempo, eles utilizam uma formiga que ocorre naquela região para combater verrugas. O inseto é colocado sobre a pele infeccionada para que, na picada, inocule uma substância que extermina a verruga e livra o paciente do incômodo problema.

Para chegar a esse conhecimento, foi preciso intensa observação. Mas valeu a pena. O olhar intuitivo e perspicaz garantiu àquele povo a cura para um dos seus males. Uma conquista em termos de descoberta da aplicação da biodiversidade em benefício humano.

Na prática, o que os Palikur fizeram foi criar um atalho científico, uma informação capaz de

CONT.



encurtar o caminho para se criar, por exemplo, medicamento para ser vendido em larga escala. Mas, quanto valeria essa informação no mercado? Digamos que a descoberta da eficácia do veneno da formiga tivesse sido feita por um pesquisador a serviço da indústria. Ah, nesse caso deveriam ser pagos valiosos royalties. É a lógica que rege o mundo capitalista em que vivemos.

Agora, suponhamos que haja um entendimento entre a indústria e os indígenas para que eles repassem esse conhecimento, e informem exatamente qual é o caminho mais curto. Qual seria o justo valor para remunerar os indígenas pela cessão desse saber ancestral?

A discussão sobre esse tema é tão complexa que está centrada no âmbito de uma convenção internacional, a Convenção da Diversidade Biológica da ONU, a CDB. Criada na Rio 92, a CDB reúne mais de 170 países, inclusive o Brasil que a ratificou em 1994.

Entre os objetivos do acordo internacional, está o de estabelecer as diretrizes para que os países definam como irão regulamentar o acesso ao patrimônio genético para cientistas e empresas nacionais e estrangeiras e como as comunidades e povos tradicionais poderão ser ressarcidas caso os conhecimentos que elas têm sobre a biodiversidade venham a ser usados pela indústria – como no exemplo hipotético dos Palikur e suas formigas.

A CDB foi gestada com muito apoio do Brasil, avançou internacionalmente com nossa ajuda, e tem hoje como secretário executivo um brasileiro, Bráulio Dias, que durante anos serviu ao governo defendendo os princípios da convenção.

O que causa enorme estranhamento é o fato de que, no momento em que vai regulamentar o acesso e a repartição de benefícios provenientes do uso da sua biodiversidade – questão central da CDB –, o governo e o legislativo vão contra tudo aquilo que o país construiu nas últimas décadas.

Um pouco de história – Desde 2001, o acesso aos recursos genéticos é regulado pela Medida Provisória 2.186-16, que dificulta o trabalho dos cientistas, frustra a indústria, a pesquisa e o desenvolvimento biotecnológico e fecha-se para o interesse das comunidades e povos tradicionais. Tem sido mais uma trava do que um mecanismo legal apropriado às relações contemporâneas.

No ano passado, o governo decidiu destravar esse assunto. O Ministério do Meio Ambiente construiu uma proposta, que tramitou na Câmara dos Deputados sob a forma do Projeto de Lei 7.735/2014, em regime de “urgência constitucional” – pedido pelo Palácio do Planalto.

Em linhas gerais, o projeto deveria regulamentar o acesso dos cientistas ao patrimônio genético para fins de pesquisa, garantir os meios de prospecção pela indústria e ainda resguardar o direito das comunidades sobre o conhecimento que elas têm sobre a biodiversidade: o uso de determinadas plantas e secreções animais, aromas e outras propriedades que podem ser aplicadas em medicamentos, cosméticos ou alimentos. Afinal, o

CONT.



mundo só conheceu o açaí e o cupuaçu porque esses frutos eram apreciados há séculos pelos povos da Amazônia. Ou seja, eles sabiam o que era bom e o conhecimento deles passou a ser usado em benefício de todos. E de graça.

Enquanto o lobby da indústria corria ligeiro para influir no texto do projeto de lei que seria enviado à Câmara, os comunitários, povos indígenas e suas entidades representativas reclamavam publicamente que não estavam sendo ouvidos na amplitude de seus anseios, mas conforme as conveniências do governo. Na Câmara, a correlação de forças seguiu da mesma forma. E o projeto manteve seus vícios de origem.

Ou seja: na hora de fazer na prática o que prevê a CDB, o governo e os deputados esqueceram tudo o que o Brasil defendeu nas discussões internacionais. Tocou-se adiante um projeto capenga, esquecendo-se que repartir benefícios pelo uso da biodiversidade com os povos e comunidades tradicionais também é repartir renda, só que algumas oitavas acima do bolsa floresta, por exemplo. Repartir benefícios é reconhecer direitos e isso agrega muito mais dignidade.

Em meados de fevereiro deste ano, o projeto de lei foi aprovado, mas com vários problemas. O que deveria ser uma proposta de lei de "acesso e repartição", só trata do acesso. Ou seja: sinaliza somente para a indústria de fármacos e cosméticos que o caminho está aberto. Não que eles não devam chegar aos princípios ativos. A biotecnologia pode ser uma das formas de uso sustentável da biodiversidade. E isso também está previsto na CDB.

A questão é que no projeto aprovado pela Câmara, a parte da repartição – que interessa aos povos tradicionais – ficou fora. Isso desequilibra e torna o jogo injusto para indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e outras populações tradicionais. Além de saber o que usar e como usar a floresta, eles têm papel chave na manutenção da floresta em pé.

Para esses grupos, o que importaria estar na lei seria garantir princípios como o do consentimento prévio informado para o acesso ao conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos, assim como repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da utilização do conhecimento tradicional associado. Isso também é inclusão econômica.

Só que o projeto de lei como está, dribla direitos dessa parcela da população. Legislou-se para somente um setor da sociedade. Depois da aprovação na Câmara, o PL foi para o Senado, onde deverá ser anexado ao Projeto de lei 29/2015, apresentado pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), na véspera do Carnaval.

Esse projeto do Senado, pelo menos, tenta corrigir mais de 30 pontos do texto da Câmara que prejudicam tanto os povos e comunidades tradicionais quanto os interesses nacionais, pois a soberania do Brasil sobre seu patrimônio biológico ficou fragilizada com que o governo urdiu.

Problemas como a remessa de organismos vivos para outros países com fins de pesquisa passaram sem o devido tratamento no projeto de lei. Assim como o conceito de povo indígena,

CONT.



a definição do venha a ser um produto acabado, a questão do acesso e repartição, o direito sobre o saber tradicional, as regras para os protocolos comunitários, a forma como os estrangeiros poderão pesquisar na Amazônia. Tem muita coisa a ser revista.

Tudo isso precisa ser discutido e melhorado. A tramitação dessa lei no Senado é a oportunidade que teremos para debater melhor sobre o uso do patrimônio natural e, que é de todos os brasileiros. Não só de alguns.

Maria Cecília Wey de Brito é secretária-geral do WWF-Brasil. Mestre em Ciência Ambiental e graduada em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (USP). Jaime Gesiski é analista de políticas públicas do WWF-Brasil.



Caatinga e Cerrado terão mais de R\$ 2 milhões do Fundo Clima

SÍTIO PORTAL BRASIL, 10.03.2015

Planos no âmbito da Política Nacional sobre Mudanças do Clima devem ajudar a reduzir a vulnerabilidade das terras indígenas

Começou na segunda-feira (9), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília (DF), a 1ª Reunião do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Na ocasião, o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, anunciou o repasse de R\$ 2,8 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Clima para 15 projetos dos biomas Cerrado e Caatinga.

Os projetos foram apresentados por associações indígenas e indigenistas para realizar o etnomapeamento e etnozoneamento (estudos que levam em consideração critérios geográficos e culturais) de terras indígenas, no âmbito de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) construídos pelas próprias comunidades.

Os planos deverão contribuir para os objetivos da Política Nacional sobre Mudanças do Clima, como a redução da vulnerabilidade das terras indígenas ao desmatamento. A lista dos projetos contemplados será publicada em breve pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Plano nacional

O principal assunto discutido na reunião, que se encerra nesta terça-feira (10), foi a matriz de insumos para construção do plano nacional da PNGATI.

"As sugestões apresentadas pelo MMA são resultado conjunto e integrado do ministério com os órgãos descentralizados – Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – para que, de fato, o plano tenha a possibilidade de ser implementado", explicou a diretora substituta de Extrativismo do MMA, Ana Paula Inglez.

Outro assunto da pauta foi a Conferência Nacional de Política Indigenistas, marcada para 17 a 20 de novembro deste ano. O tema da conferência será "A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988". Serão 132 reuniões preparatórias até lá, nas aldeias, e não mais nos municípios.

"Esse ponto é muito importante", destacou Ana Paula Inglez. "As preparatórias serão

CONT.



proporcionais à população indígena de cada estado. O estado do Amazonas terá o maior número de regionais.”

A 1ª Reunião do Comitê Gestor da PNGATI contou com a participação de representantes do governo e de povos indígenas, entre eles MMA, Funai, Ministérios da Justiça, Saúde e Desenvolvimento Agrário, além da Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Geras e Espírito Santo (Apoiname), Indígenas do Pantanal, do Sul e do Sudeste, Grande Assembléia do Povo Guarani e Articulação dos Povos.

Fundo Clima

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima foi criado pela Lei nº 12.114/2009 e regulamentado pelo Decreto nº 7.343/2010. O Fundo é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009.

Ele tem por finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à mitigação (ou seja, à redução dos impactos) da mudança do clima e à adaptação a seus efeitos.

O Fundo Clima é vinculado ao MMA e disponibiliza recursos em duas modalidades, a saber, reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA. Um percentual de 2% da verba anual fica reservado para o pagamento do agente financeiro e quitação de despesas relativas à administração e gestão.

As fontes de recursos do Fundo Clima são:

Dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União;
Doações de entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
Outras modalidades previstas na lei de criação.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Por luta em defesa dos direitos das mulheres, liderança indígena recebe o Marta Guarani

SÍTIO AGORA MS, 10.03.2015

O nome do prêmio é uma homenagem a líder indígena que era referência na luta pelos direitos do seu povo

A luta pelos direitos humanos, especialmente às mulheres, crianças e idosos em situação de violência, rendeu a agente comunitária de saúde Priscila Maciel Duarte Lopes, liderança na aldeia Bororó, o "Prêmio Mulher Cidadã – Marta Guarani 2015". A honraria foi entregue pela Câmara de Vereadores de Dourados na noite desta segunda-feira (9), em sessão solene que reuniu pelo menos 400 pessoas nas galerias da Casa.

A líder guarani-caiuás foi eleita pela comissão de avaliação composta por representantes de diversas entidades. Como agente comunitário de saúde, Priscila defende e acompanha a saúde indígena no seu território, bem como, se destaca no compromisso em preservar a cultura indígena, por meio de rezas tradicionais, danças e da língua Guarani. Ela presença atuante em todos os movimentos relacionados à luta pelos direitos dos povos indígenas. É exemplo de mulher, mãe de 10 filhos, com destaque especial por ter adotado três crianças em estado total de exclusão.



Agente comunitária de saúde Priscila Maciel Duarte Lopes, liderança na aldeia Bororó, foi a vencedora da edição deste ano do Prêmio Mulher Cidadã – Marta Guarani – Foto: Thiago Moraes

Emocionada com a conquista do prêmio, Priscila aproveitou o discurso para agradecer à Câmara pela entrega da honraria e para chamar a atenção da sociedade e das autoridades sobre os problemas crônicos existentes nas aldeias e que, segundo ela, estão arruinando o futuro dos jovens e das mulheres indígenas. "Fico muito feliz em ter a minha reconhecida por esta Casa. Diante disto, peço a ajuda dos vereadores e de todas as autoridades para socorrer nossa comunidade. A violência, às drogas, o alcoolismo e os abusos contra as mulheres continuam presentes em nosso dia a dia e fazendo vítimas. Preciso que cada um de vocês se junte a minha luta e nos ajude a travar essa batalha pelo futuro de nossas aldeias", enfatizou Priscila.

CONT.



Ao cumprimentar a líder indígena pela conquista do prêmio, os vereadores destacaram o trabalho da agente comunitária de saúde em defesa dos direitos das mulheres e dos menos favorecidos na Reserva Indígena de Dourados. O vereador Alan Guedes (DEM) citou Priscila como um exemplo de mulher guerreira, lutando diariamente contra os diversos tipos de abusos e violência dentro das comunidades indígenas. Segundo o democrata, a conquista do Prêmio Marta Guarani é “um reconhecimento ao trabalho pela valorização da mulher e pela defesa da saúde e vida da comunidade indígena em Dourados”, destacou.

Já o vereador Dirceu Longhi (PT) enfatizou que a comissão organizadora do prêmio não poderia ter escolhido nome melhor para representar a luta pelos direitos e defesa dos povos indígenas. “A luta que um dia foi de Marçal de Souza e Marta Guarani hoje é encampada por pessoas como a Priscila. Uma guerreira que trabalha incansavelmente em prol da saúde, moradia, na defesa das mulheres e dos direitos de autonomia dos povos indígenas”, enfatizou. Ao parabenizar Priscila pela conquista do Marta Guarani, o presidente da Câmara, Idenor Machado (DEM) lembrou que a entrega do prêmio é uma das formas do Legislativo reconhecer o trabalho da mulher douradense, desenvolvido em atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher. “O Dia Internacional da Mulher deve ser lembrado como marco da igualdade e de valorização da presença feminina. É uma forma de reforçarmos a garantia de justiça, de respeito e dignidade da mulher. O prêmio Marta Guarani já conta com uma vasta lista de mulheres que foram lembradas por contribuir para o desenvolvimento político, social e econômico de nossa cidade. E hoje, passa a fazer parte deste Hall a agente comunitária Priscila Maciel Duarte Lopes, mãe, esposa e líder guarani-caiuás na aldeia Bororó, que tem uma trajetória de vida pautada na luta pelos direitos humanos, especialmente das mulheres”, finalizou.

Governo buscará PPP para investir R\$ 4,5 milhões na ampliação de museu
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 10.03.2015



Reinaldo durante visita ao Museu Dom Bosco (Foto: Marcelo Calazans)

A pedido da Missão Salesiana em Mato Grosso do Sul, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) prometeu buscar recursos por meio de parcerias público-privadas para ampliar o Museu das Culturas Dom Bosco, conhecido como Museu do Índio, que fica no Parque das Nações Indígenas. A convite do padre José Marinoni, reitor da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), o governador visitou as instalações e conheceu o acervo do local na manhã desta terça-feira (10). Para garantir o investimento, o Governo propõe PPP (Parcerias Público-Privada) para ampliar o local.

“Temos essa proposta que recebemos do museu e acredito que é viável que o estado ajude sim com recursos para fortalecer esse ponto turístico que recebe, por ano, mais de 200 mil pessoas. Iremos procurar uma parceria público-privada para ajudar nessa expansão”, afirmou Reinaldo ao Campo Grande News.

Marinoni calcula que somente a obra física, sem acabamentos, ficaria em torno de R\$ 4,5 milhões. O novo espaço seria utilizado para exposição do acervo de ciência natural do museu. A Missão espera que haja tanto participação do poder público como de entidades privadas nas intervenções.

CONT.



Para divulgar o local, a entidade pretende formar parceria com o Aquário do Pantanal, que também fica no Parque das Nações Indígenas, de forma que os visitantes, futuramente, façam passeios pelos dois locais em uma única ocasião.

Atualmente, segundo o coordenador do museu, Dirceu Maurício, o ingresso custa somente R\$ 5 e a visitação é aberta de terça a domingo. Crianças abaixo dos 7 anos não pagam. O local era roteiro do antigo City Tour de Campo Grande. Hoje, o local recebe em média cem visitas de crianças por dia por meio de parcerias com as escolas municipais que agendam passeios gratuitos para os estudantes.

De acordo com a responsável pela coleção de etnologia, Carla Calarge, o museu conta atualmente com um acervo de 40 mil peças, que vão desde itens relacionados à zoologia, como arqueologia e mostras fotográficas de indígenas.

Antigamente, o local ficava na rua Barão do Rio Branco, em frente à Praça do Rádio Clube e foi transferido para as instalações no Parque das Nações Indígenas em 2009.



Enfermeiros dos DSEIs Alto Rio Juruá e Alto Rio Purus participam de capacitação
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 10.03.2015

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Alto Rio Juruá e Alto Rio Purus realizaram, no fim de fevereiro, uma capacitação sobre Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI) para 26 enfermeiros dos dois distritos. A capacitação aconteceu no auditório do Conselho Regional de Enfermagem (COREN) em Rio Branco, no Acre.

Segundo o Responsável Técnico (RT) da Saúde da Mulher e da Criança do DSEI Alto Rio Juruá e um dos organizadores do evento, Jozadaque Silva, o objetivo foi capacitar os enfermeiros que atuam em área em relação à abordagem, avaliação, classificação, tratamento e acompanhamento das doenças prevalentes na infância. "Nós queremos melhorar a qualidade do atendimento prestado nas aldeias de nossa abrangência e, com isso, diminuir os indicadores de morbimortalidade infantil indígena", explica o RT.

Ainda de acordo com Jozadaque, em média, são atendidas 630 crianças por mês nos dois distritos, principalmente por Infecções Respiratórias Agudas (IRA's), Doenças Diarreicas Agudas (DDA's), desnutrição, problemas de garganta e otites. "A Estratégia AIDPI vem como uma ferramenta ímpar para o profissional enfermeiro, que mais permanece em área, para que ele possa combater e prevenir as principais doenças da infância, pois quando não tratadas em tempo hábil levam o paciente a óbito", disse Jozadaque.

A intenção, agora, é capacitar 100% dos profissionais enfermeiros de área. Para o segundo semestre, está programado um curso para novas turmas, além de visitas para acompanhar o processo de aprendizagem dos enfermeiros de área.

Participaram do evento a Referência Técnica em Saúde da Criança do Ministério da Saúde no Estado do Acre, Silvia Helena; o coordenador do DSEI Alto Rio Juruá, Mário Lúcio Ferreira da Silva Júnior; a coordenadora do DSEI Alto Rio Purus, Jiza Lopes Cezar; a Referência Técnica em Saúde da Criança de Rio Branco (AC), Iana Sarkis; o presidente do Conselho Regional de Enfermagem, José Adailton Cruz Pereira; a coordenadora regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Evanisia Puyanawa; o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) do DSEI Alto Rio Juruá, Francisco das Chagas; o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) do DSEI Alto Rio Purus, Sebastião Alves Rodrigues Manxinerí; a Referência Técnica em Saúde da Mulher e da Criança do DSEI Alto Rio Purus, Maria Cleudes Lira Leon; e a coordenadora de Educação Permanente do DSEI Alto Rio Juruá, Deusdete de Oliveira Souza.

Por Graziela Oliveira



O novo marco legal da biodiversidade

SÍTIO ISA, 10.03.2015

O texto aprovado pela Câmara, ainda que não tenha obtido consenso no plenário, promove um grande avanço em relação à lei vigente

Rodolfo Guttilla

Há cerca de um mês, a Câmara dos Deputados aprovou o novo marco legal para acesso ao patrimônio genético do país. Como determina o rito, o texto seguiu para aprovação do Senado. Ao longo de uma década, entre 2003 e 2013, na condição de vice-presidente da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos e executivo da Natura Cosméticos, defendi a mudança da medida provisória (MP) de 2001, que regulamentava o tema. Ainda que a intenção fosse boa, a lei causou graves transtornos para a inovação no país.

Publicada em 23 de agosto de 2001, a MP no 2.186-16 dispunha sobre o acesso ao patrimônio genético e a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, entre as principais providências. A lei referendava a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), aprovada durante a conferência Eco-92, no Rio de Janeiro, assinada por 175 países, entre os quais o Brasil.

Na vida real, a MP tinha por principal objetivo estancar a biopirataria de ativos genéticos, bem como a expropriação do conhecimento tradicional associado ao uso dessas fontes que, à época, ameaçava o país. Nesse contexto, a "soberania nacional" falou mais alto que a racionalidade científica e econômica. Cacoete antigo, em que se manifesta a "mão visível do Estado".

Entre seus principais desvios, a legislação exigia que cientistas envolvidos em "pesquisa pura" ou "pesquisa aplicada", bem como empresas que conduziam pesquisas com fim comercial, solicitassem autorização prévia ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e negociassem royalties sem estar seguros de que suas hipóteses resultariam em conhecimento a ser compartilhado ou produto a ser comercializado. Até o final de 2013, a resposta do CGEN demorava, em média, um ano e meio. Esse cenário criou um ambiente de insegurança institucional, inibindo a investigação sobre a biodiversidade brasileira --tanto no meio acadêmico quanto no ambiente empresarial. Nesse contexto de agravamento institucional, a Natura Cosméticos liderou, naquele ano, a criação de uma coalizão com representantes de diferentes partes interessadas das cadeias da pesquisa e da indústria.

Um marco dessa iniciativa foi o Movimento Empresarial pela Biodiversidade. Acolhida pelo Instituto Ethos e pelo Centro de Estudos de Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas, a coalizão publicou, em 23 de setembro de 2010, a "Carta empresarial pela conservação e uso

CONT.



sustentável da biodiversidade", encaminhada ao governo brasileiro às vésperas da 10ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em Nagoya, Japão.

Passados dois anos, após uma ampla mobilização das partes interessadas, uma nova coalização foi constituída com o propósito de sugerir um novo texto de lei, sob a coordenação da Secretaria Executiva do MMA. O resultado foi um texto alinhado aos princípios da CDB, dos interesses de agentes de pesquisa e da extensa cadeia de insumos da biodiversidade.

Nesse contexto, as posições foram negociadas e confrontadas. O texto aprovado pela Câmara, ainda que não tenha obtido consenso no plenário, promove um grande avanço em relação à lei vigente.

Passados mais de 13 anos desde a publicação da medida provisória de 2001 --que, por vícios de origem e desvios ideológicos, paralisou a pesquisa sobre a nossa diversa biodiversidade--, a sociedade brasileira aguarda uma resposta conclusiva do Senado.

Rodolfo Witzig Guttilla, 53, é sócio-diretor da agência de "advocacy" Cause, foi vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos e diretor de assuntos corporativos da Natura

FSP, 10/03/2015, Tendências/debates, p. A3

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/211200-o-novo-marco-legal-da-biodiversidade.shtml>

Isolados ou cadastrados: os índios na era desenvolvimentista

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.03.2015



Nota: publicamos este artigo não só pela sua inegável qualidade, mas também para chamar a atenção para a DR, revista online da qual Oiara Bonilla é uma das editoras e na qual ele inaugura a temática indígena. (TP).

Por Oiara Bonilla e Artionka Capiberibe, na Revista DR

“Dilma pensa que, para ficarmos bem, precisamos ter bens, chuveiro quente, casa de alvenaria. Nossa lógica e nosso modo de vida são outros: qualidade de vida para nós é liberdade, e liberdade é ter nossos territórios livres de ameaças e invasões para produzir sem destruir, como fazemos milenarmente.” – Sonia Bone Guajajara.

Marinalva Manoel, índia kaiowa de 28 anos de idade, foi encontrada no dia 1 de novembro de 2014, morta a facadas na beira da BR 163, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Ela acabava de voltar de uma viagem à Brasília, com outras lideranças guarani e kaiowá, para

CONT.



denunciar a situação dos índios e de suas terras naquele estado, e exigir a retomada, pelo (novo) governo, dos processos de reconhecimento e demarcação de Terras Indígenas no país. Como em outros casos de morte de lideranças indígenas, este assassinato não foi bem esclarecido. Divulgado somente nos sites de notícias dos aliados da luta indígena, logo caiu em esquecimento. A morte de Marinalva veio se somar às mortes indígenas que crescem a cada dia e que, no entanto, não parecem sensibilizar a opinião pública. O que se vê é uma crescente banalização dessa realidade, assim como acontece em relação às inúmeras mortes violentas que ocorrem nas periferias e comunidades pobres do país.

Assiste-se impassivelmente a uma explosão de violência que atinge de forma cada vez mais direta e menos disfarçada os povos indígenas (é importante apontar que quilombolas, ribeirinhos e seringueiros, assim como pequenos agricultores que vivem nas fronteiras agrícolas do país tampouco são poupados), nos quatro cantos do país acumulam-se ataques como aqueles perpetrados contra a população Tenharim no Amazonas, quando os habitantes da cidade de Humaitá depredaram prédios públicos de serviços aos índios e ameaçaram invadir uma de suas aldeias; como os ataques e ameaças aos Tupinambá no sul da Bahia; como a desocupação pelas forças policiais do canteiro de Belo Monte no Pará ou da aldeia Maracanã no Rio de Janeiro e as desinstruções truculentas operadas pela Polícia Federal e Força Nacional em terras retomadas por índios no Mato Grosso do Sul; como as invasões de terras por garimpeiros e madeireiros nas terras Yanomami no Amazonas e Roraima, Munduruku no Pará e Kaapor no Maranhão; como a criminalização em série de lideranças indígenas (Tenharim, Tupinambá, e mais recentemente Suruí do Pará) etc. Sem falar das violações de direitos e ameaças das quais também são alvo os aliados dos índios, aqueles que lhes dão visibilidade (ONGs, jornalistas, pesquisadores, agentes da FUNAI e do MPF).

Apesar de sua gravidade, acontecimentos deste gênero não costumam ser divulgados pelos grandes veículos de comunicação, ficando restritos a especialistas, apoiadores e simpatizantes da luta indígena. O desinteresse manifesto da grande mídia, sobretudo das redes de televisão, pelas questões de terra e populações tradicionais remete a disputas econômicas. O índio que aparece, muito esporadicamente, é o índio "isolado" (aquele que recusa o contato com a sociedade nacional) ou de "recente contato", que não tem chances de perturbar a ordem política e econômica do país e que atrai audiência pelo seu exotismo e pela imagem construída de espelho da nação, como se fossem os "verdadeiros" brasileiros, os únicos a quem se deve "preservar".

O aumento da violência direta e indireta contra os índios vem sendo denunciada sistematicamente pelas lideranças indígenas e por seus aliados. Não há como deixar de notar que esta violência tem como causa e consequência a invisibilidade, o isolamento e o silenciamento histórico impostos às populações indígenas. Isso é diretamente apontado pela socióloga e militante aymara Silvia Rivera Cusicanqui: "as formas mais brutais de racismo quase sempre são guardadas, há formas sutis que se podem detectar na linguagem, no gesto, nas coisas relacionadas com a invisibilidade".

A ideia de invisibilidade não é nova, traduz a imposição colonial que, ainda hoje, os povos

CONT.



indígenas estão tentando romper. Não é preciso um grande esforço para perceber como ela é alimentada pela mídia e pelo próprio Estado. Através da escola, dos manuais didáticos que expõem aos alunos uma imagem genérica de índio, enquanto suposto “componente” da democracia racial brasileira, a diversidade indígena é apagada, restando em seu lugar uma imagem pálida e própria ao desaparecimento. Além disso, é principalmente nos discursos e através das próprias políticas públicas que são desenhadas em função do mesmo formato genérico e uniformizador de alteridade que essa invisibilidade se acentua. A invisibilização da luta indígena e a violência consequente consolidam um desconhecimento que produz a indiferença generalizada em relação a essas questões. Isso tudo não é novidade, é apenas uma atualização do modo histórico de se tratar a diferença no Brasil.

Os povos indígenas enfrentam, hoje, duas guerras entrelaçadas: a que mata na floresta e a que se trava nos corredores do Planalto. A violência ligada aos conflitos de terra e ao preconceito contra os povos indígenas, cada vez mais descarada, caminha junto com os retrocessos legais promovidos no âmbito do legislativo e do judiciário, isso é atestado pela quantidade crescente de processos, tentativas de projetos de lei e de emendas à Constituição que visam subtrair direitos adquiridos. Esses retrocessos também são conduzidos pelo executivo interessado em viabilizar e agilizar os grandes empreendimentos desenvolvimentistas do PAC, apresentados invariavelmente como incontornáveis e prioritários (usinas hidrelétricas e estradas, exploração de petróleo e gás, mineração, construção de novas usinas nucleares etc). A questão é: por que impactar a todo custo as terras indígenas para viabilizar um projeto nacional quando seria possível evitá-lo ? Essa pergunta vem sendo colocada pelos índios e por pesquisadores de várias áreas desde o caso mais gritante de Belo Monte e voltou a ser posta recentemente pela ex-presidente da FUNAI em relação à hidrelétrica de São Luiz do Tapajós (que vai alagar a terra indígena Munduruku, PA) ao explicar os motivos que a fizeram pedir exoneração do cargo.

A única resposta possível é a de que, do ponto de vista do Estado-Nação, isso sequer parece ser uma questão, é como se os índios não fossem pessoas, povos, sujeitos com direitos e fundamentalmente com direito à diferença. Silenciados e invisibilizados são dessubjetivados e, assim, acabam sendo objetificados, i.e. passam a ser percebidos como “coisas”, meros “obstáculos” para o desenvolvimento. Com isso, lhes é vedado ocupar a posição de sujeitos e abre-se assim a possibilidade desenfreada das violações, desrespeitos e preconceitos de que são alvo. Há aqui uma afinidade com o movimento produzido na mídia, um processo duplo, de dessubjetivização das minorias, por um lado, e de apagamento de suas diferenças e particularidades, por outro.

Isso não se dá por acaso, uma vez que a opção política dos últimos governos é a de transformar a questão da diferença e do direito à terra e à autodeterminação em um problema de desigualdade social. Neste âmbito, o problema se resolveria com políticas públicas de assistencialismo e combate à pobreza através da inclusão dos índios em programas sociais (Programa Bolsa Família, Auxílio Maternidade, Programa Luz para Todos, Programa Nacional de Habitação Rural) e sua consequente transformação em potenciais consumidores.

CONT.



Na medida em que a política de demarcação de terras vai sendo abandonada, sobretudo a partir da segunda gestão do governo Lula, sobram aos índios estes programas assistencialistas, com visada universalista, que drenam sua população para as cidades e para a economia de mercado. O resultado disso é um crescimento da dependência socioeconômica dos povos indígenas em relação ao Estado e ao capital e, conseqüentemente, uma crescente intervenção dos governos nas dinâmicas sociais internas das aldeias. É o caso, por exemplo, das inúmeras questões relativas à infância guarani e kaiowá no Mato Grosso Sul, que hoje acabam sendo tratadas pelos assistentes sociais do governo cujo preparo é nulo para lidar com questões interculturais.

A criminalização de lideranças indígenas que mencionamos acima participa do mesmo processo de neutralização da diferença. Criminalizando a luta dos índios e a ação de suas lideranças, o Estado e a grande mídia anulam sua especificidade e seu teor político. Assim, capturada pela lógica do Estado, a luta indígena é transformada em um movimento "criminoso" qualquer, banalizada, silenciada, dessubjetivizada, podendo ser mais facilmente retirada do cenário para abrir espaço ao desenvolvimentismo.

Nessa longa história de violências, os anos 80 significaram uma vitória sem precedentes para a luta indígena, que se deu principalmente em prol do reconhecimento e da garantia de sua diferença, materializando-se com a inclusão de um capítulo na Constituição Federal que lhes garante direitos fundamentais. A partir desse momento, o Executivo passou a demarcar as terras indígenas, assegurando aos índios uma melhoria na sua qualidade de vida e relativa segurança enquanto povos autodeterminados.

Um dos efeitos da segurança alcançada pela posse da Terra Indígena foi o crescimento da população indígena, fato que, por sua vez, pressionou diretamente interesses econômicos locais ligados à terra e à produção agropecuária, provocando nestes setores uma reação desmedida, que passou a se valer da desigualdade de forças para garantir seus privilégios. São esses interesses contrariados que, a partir dos anos 2000, vão mobilizar sistematicamente a mídia e os poderes do país contra os índios. Um exemplo cabal desse tipo de violência é o leilão, destinado a comprar armamento e contratar seguranças privados, realizado por fazendeiros em Campo Grande (MS), em 2013, contando com o apoio de dezenas de deputados estaduais e federais, do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) e da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), atualmente ministra da agricultura do governo Dilma Rousseff.

Para garantir sua sobrevivência enquanto povos, os índios enfrentam hoje uma luta em duas frentes: por um lado, continuam fazendo face ao processo de invisibilização e de silenciamento para poder se afirmar como povos detentores de direitos diferenciados; por outro lado, lutam contra o projeto do Estado que visa transformar a diferença em desigualdade.

Há uma percepção generalizada de que o Brasil está revivendo uma onda bandeirante. Mas, hoje, o bandeirismo tem uma cara nova, continua considerando os índios como um empecilho ao desenvolvimento, mas o lugar que lhes concede dentro dessa ordem social é o de pobres comuns, jamais o de povos singulares e autodeterminados. Até aqui, estamos na mesma

CONT.



lógica que atravessou séculos, aquela que ao empobrecer e espoliar os índios de suas terras destinou-lhes apenas o estatuto de miseráveis. O Estado de hoje apresenta uma nova polarização às já bem conhecidas "cristão vs. pagão" e "civilizado vs. primitivo", mais "sutil" que as políticas do passado, para ele parece haver duas únicas posições possíveis: o "índio isolado" e o índio do "Cadastro Único" (cadastro do Ministério do Desenvolvimento Social que "identifica e caracteriza as famílias de baixa renda"). O destino desta posição é o da "inclusão social" cujo efeito inexorável é o do apagamento de suas diferenças e singularidades em benefício de uma nacionalidade-cidadania atrelada a uma condição social pré-definida.

Colocando-se de forma assertiva como sujeitos e posicionando-se frente à indiferença paternalista dos governos e dos brancos, os índios rompem a invisibilidade e o silêncio aos quais estão confinados e exigem que sua posição de sujeito seja claramente enunciada. As retomadas de terras, as ocupações de oficinas em Brasília, de estradas, de canteiros de obras, do próprio Congresso Nacional, são meios para romper essa invisibilidade. Em setembro de 2013, os Guarani-Mbyá de São Paulo bloquearam a Rodovia dos Bandeirantes que atravessa suas terras, para exigir o reconhecimento legal destas e a suspensão de um projeto de revisão de seus limites. Simultaneamente, divulgaram um vídeo-manifesto no Youtube, realizado por jovens da aldeia onde explicam: "Fizemos isso, para vocês brancos, saberem que nós existimos!". Em novembro de 2014, os Munduruku, ameaçados pelos projetos hidrelétricos do governo no rio Tapajós (e sistematicamente ignorados ao longo do processo), iniciaram a auto-demarcação de uma de suas terras que aguarda regularização há mais de 13 anos.

Retomando e ocupando espaços, se apropriando de novas tecnologias e recursos midiáticos, adotam uma estratégia de des-invisibilização. A luta é por ter sua dignidade reconhecida, para que se possa enfrentar o inimigo, i.e., todo aquele que propõe e age ativamente para a eliminação dos modos de existência que não se enquadrem na ordem econômica, social, política e ambiental da chamada sociedade ocidental. A luta dos povos indígenas (assim como a das comunidades ditas tradicionais – quilombolas, seringueiros, ribeirinhos etc) é por garantir um espaço aberto à existência de modos diversos de ser e de estar no mundo.

As demandas da luta indígena devem ser ouvidas não somente porque a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) preconiza em seu preâmbulo que "o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo", mas principalmente porque as populações indígenas estão sendo/ou serão afetadas por um modelo de desenvolvimento com o qual não estão de acordo, um modelo que impõe a predação do meio ambiental e que, com a lógica do consumo econômico nele embutido, leva à degradação do meio social.

Viver, existir, para as populações indígenas é não separar cabalmente a natureza da cultura, é por isso que a terra é um valor tão importante. Essa noção surge nas várias versões daquilo que se chama de "bem viver" ou "viver bem", um conceito que se apresenta de modo forte entre os povos dos Andes (cujo termo vem do aymara, *sumak quamaña*, e do quechua, *sumak kawsay*), mas que é comum a diferentes saberes e tradições indígenas e que, no entanto,

CONT.



carrega uma multiplicidade de sentidos. Se não se pode separar a natureza da cultura, o humano tampouco pode reinar absoluto sobre a natureza.

O “bem viver” é um ataque direto ao antropocentrismo da ontologia ocidental e ele não pode existir sem garantia da terra. A deslegitimação da luta indígena por meio da invisibilização e da criminalização de suas forças políticas não é novidade nem surpresa para ninguém, o que é novo aqui é a ação do Estado que, preocupado em tratar a pobreza como um problema e um conceito universal, termina por neutralizar a diferença e a diversidade, transformando-as em mera desigualdade social. A invisibilização somada à neutralização da diversidade favorece os esforços daqueles setores econômicos para quem a terra é, como diz Davi Kopenawa, “apenas um lugar do qual se arranca riqueza”.

Foto: Oiara Bonilla

Índios da Caatinga e do Cerrado terão 2,5 milhões do Fundo Clima
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.03.2015



Resultado foi anunciado em reunião do comitê gestor da PNGATI

Por: Letícia Verdi – Edição: Marco Moreira – Ministério do Meio Ambiente

Começou nesta segunda-feira (09/03), no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, a 1ª Reunião do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Na ocasião, o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, anunciou o repasse de R\$ 2,8 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Clima para 15 projetos dos biomas Cerrado e Caatinga.

Os projetos foram apresentados por associações indígenas e indigenistas para realizar o etnomapeamento e etnozoneamento (estudos que levam em consideração critérios geográficos e culturais) de terras indígenas, no âmbito de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) construídos pelas próprias comunidades. Os planos deverão contribuir para os objetivos da Política Nacional sobre Mudanças do Clima, como a redução da vulnerabilidade das terras indígenas ao desmatamento. A lista dos projetos contemplados será publicada em breve pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

CONT.



PLANO NACIONAL

O principal assunto discutido na reunião, que se encerra nesta terça-feira, foi a matriz de insumos para construção do plano nacional da PNGATI. "As sugestões apresentadas pelo MMA são resultado conjunto e integrado do ministério com os órgãos descentralizados – Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – para que, de fato, o plano tenha a possibilidade de ser implementado", explicou a diretora substituta de Extrativismo do MMA, Ana Paula Inglez.

Outro assunto da pauta foi a Conferência Nacional de Política Indigenistas, marcada para 17 a 20 de novembro deste ano. O tema da conferência será "A relação do Estado Brasileiro com os Povos Indígenas no Brasil sob o paradigma da Constituição de 1988". Serão 132 reuniões preparatórias até lá, nas aldeias, e não mais nos municípios. "Esse ponto é muito importante", destacou Ana Paula Inglez. "As preparatórias serão proporcionais à população indígena de cada estado. O estado do Amazonas terá o maior número de regionais".

A 1ª Reunião do Comitê Gestor da PNGATI contou com a participação de representantes do governo e de povos indígenas, entre eles MMA, Funai, Ministérios da Justiça, Saúde e Desenvolvimento Agrário, além da Coordenação da Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Geras e Espírito Santo (Apoimne), Indígenas do Pantanal, do Sul e do Sudeste, Grande Assembléia do Povo Guarani e Articulação dos Povos.

Foto: PNGATI: reunião acaba nesta terça



Nota de Esclarecimento sobre acusações do GTA

SÍTIO CIMI, 10.03.2015

Perante as mentiras, calúnias e preconceitos expressos em nota publicada e assinada pelo presidente da Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), informamos que:

1-O jornal Porantim é um instrumento de comunicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que está a serviço dos povos indígenas do Brasil desde o ano de 1978, sendo usado permanentemente para dar voz aos povos, às comunidades e lideranças indígenas de todas as regiões do país.

2-O Jornal "Nortão" não pertence ao Cimi e a entidade não tem qualquer responsabilidade relativamente ao que é publicado no mesmo.

3- Os povos indígenas têm sido recorrentemente assediados e atacados por distintos grupos econômicos interessados na exploração de seus territórios. Temos dado apoio incondicional aos povos na luta que realizam contra o ataque sistemático e violento de grupos ligados ao ruralismo, às mineradoras, às empreiteiras e aos madeireiros, dentre outros, que pretendem mudar a Constituição a fim de impedir novas demarcações e legalizar a invasão e a exploração das terras indígenas no Brasil. O empenho do presidente da Rede GTA em atacar o Cimi não é percebido quando se trata de apoiar os povos na defesa de seus direitos territoriais.

4-Recentemente, apoiamos uma delegação de aproximadamente 40 lideranças, representantes de 10 povos indígenas dos estados de Rondônia e Mato Grosso, que estiveram em Brasília entre os dias 23 e 27 de fevereiro de 2015, onde realizaram uma série de ações de incidência política junto a órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em defesa do direito à demarcação de suas terras; por melhoria no atendimento à saúde das comunidades na região; contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/00; contra decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou portarias declaratórias de terras tradicionais dos povos indígenas Guarani-Kaiowá e Terena, no estado do Mato Grosso do Sul, e Canela, no Maranhão. A denúncia em veículos de imprensa, inclusive na Rádio Nacional da Amazônia, da ocorrência de invasão e exploração de seus territórios por fazendeiros e madeireiros, bem como a cobrança, junto a órgãos públicos, de ações efetivas de proteção aos territórios e para a suspensão do Projeto Carbono Suruí também fizeram parte das demandas apresentadas pelas lideranças dos 10 povos indígenas.

5-Uma das denúncias apresentadas pelas lideranças indígenas no período foi que o Projeto Carbono Suruí tem potencializado sobremaneira a divisão e o conflito interno entre os Suruí. Isso porque, segundo as lideranças em questão, o "Projeto" estaria enriquecendo um pequeno grupo de indígenas que, na sua maioria, vivem no meio urbano, fora da terra indígena, além de muitos consultores não indígenas de organizações não governamentais e deixando o povo

CONT.



abandonado. Portanto, diferentemente do que o presidente da Rede GTA sugere, as informações divulgadas pelo Cimi não geraram, mas explicitaram um conflito já instalado e fortalecido pelo Projeto Carbono Suruí.

6-Defendemos o direito dos povos ao usufruto exclusivo de seus territórios e os apoiamos nas ações que realizam para combater a invasão, a mercantilização e exploração dos mesmos por grupos não indígenas, sejam eles quais forem.

7-Repudiamos a tentativa, por parte do presidente da Rede GTA, de associar o Cimi a práticas ilegais, como a exploração madeireira em terras indígenas. Trata-se de uma iniciativa repugnante. Os povos indígenas e a sociedade brasileira sabem do empenho do Cimi e de seus agentes nas denúncias realizadas contra a prática da invasão possessória, inclusive a exploração madeireira, como uma das faces mais visíveis da estratégia anti-indígena em curso no país. O jornal Porantim é um dos instrumentos recorrentemente usados neste sentido.

8-Embora as terras indígenas sejam as áreas melhor protegidas ambientalmente, como apontam pesquisas recentes, a avareza dos madeireiros associada à omissão do governo brasileiro fez com que a exploração madeireira em terras indígenas se expandisse em 2014. Sempre defendemos que essa prática deva ser combatida pelos órgãos responsáveis e que os envolvidos sejam devida e legalmente responsabilizados.

9-Entendemos que o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, mais conhecido pela sua sigla Redd, é também um mecanismo de invasão e exploração dos territórios indígenas. Isso porque, como consta no próprio site da Rede GTA "já existem casos documentados de que a busca pelo lucro com os créditos de carbono, que são gerados pelos projetos de Redd +, acabam resultando em conflitos e na expulsão de pessoas de suas terras". Entendemos e respeitamos a opção política dos povos que estabelecem, por meio de seus mecanismos e relações próprias de poder, contratos dessa natureza. No entanto, como entidade indigenista, consideramos legítima a possibilidade de manifestarmos posição política institucional sobre o tema, bem como, abrirmos espaços em nossos veículos de comunicação a fim de que a questão seja abordada e problematizada e que perspectivas críticas sejam conhecidas e socializadas pelos povos.

10-Consideramos legítimos os diferentes posicionamentos existentes relativamente ao tema entre organizações da sociedade brasileira e é um direito de todos manifestar e defender essas posições sejam elas contrárias ou favoráveis à Economia "Verde" e mecanismos como o Redd. Porém, esconder posições político-ideológicas atrás de acusações fajutas a quem tem entendimento divergente é irresponsabilidade e covardia.

11-É lastimável e vergonhosa a manifestação do presidente da Rede GTA que se refere a "um grupo de indígenas que possivelmente não tem total consciência de suas ações". Trata-se de uma afirmação preconceituosa que desconhece o fato dos povos e lideranças indígenas serem plenamente capazes. A plena capacidade dos povos indígenas foi devidamente reconhecida pela Constituição Brasileira de 1988.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 43/2015

Brasília, 10 de março de 2015.

12-Por último, denunciamos e desautorizamos o uso indevido que a Rede GTA tem feito do nome do Conselho Indigenista Missionário na lista de parceiros em seu site institucional.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 10 de março de 2015

Mostra de cinema indígena chega a aldeia em Ribeira do Pombal no dia 12

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.03.2015

Cine Kurumin vai exibir a céu aberto cerca de 30 filmes até o dia 21 do mês. Produções tem temática indígena e destaca obras como 'As Hipermulheres'



Do G1 BA

O Cine Kurumin, em sua quarta edição, apresenta filmes na aldeia Kiriri de Mirandela, que fica na cidade de Ribeira do Pombal, a 300 km de Salvador, entre os dias 12 e 21 de março. Serão 30 produções exibidas a céu aberto, entre curtas, médias e longas-metragens. O projeto recebe patrocínio do Fundo de Cultura do Estado da Bahia, por meio do edital de Culturas Identitárias, da Secretaria de Cultura da Bahia (Secult).

Um dos filmes da mostra, que tem temática indígena e destaca obras premiadas, é o filme "As Hipermulheres", do cineasta Takumã Kuikuro. Entre os demais autores, há cineastas de etnias como Kuikuro, Tupinambá, Maxacali, Ikpeng Guarani, Xacriabá, Xavante, Fulni-o e Ashaninka. Além da exibição, será aberta uma roda de bate-papo.

Entre as outras produções, há filmes da "Coleção Cineastas Indígenas para Jovens e Crianças", além de mostra especial de animações com temáticas, a "Mostra Minha Aldeia Animada", com cinco curtas. Além disso, os indígenas Kiriri também vão criar vídeos em processo colaborativo sob orientação do pesquisador e realizador Bernard Belisário.

Foto: Mostra de cinema indígena na Bahia (Divulgação)



Parceria entre Marinha e poder Judiciário vai atender moradores no Pantanal

SÍTIO CAPITAL NEWS, 10.03.2015

Uma parceria estabelecida entre o poder judiciário de MS e a Marinha do Brasil, vai atender no período de 10 a 27 de março, as famílias ribeirinhas que vivem entre Corumbá e Cáceres em Mato Grosso. Os serviços disponibilizados são de atendimento médico e jurídico.

O projeto é promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) em parceria com a Marinha do Brasil. O Exército e a Prefeitura de Corumbá apoiam a ação. "Esse trabalho é extremamente importante para cidade, para os ribeirinhos e também para quem participa dele. Esses profissionais vão se deparar com uma realidade que nunca vão esquecer", afirmou o prefeito Paulo Duarte.

"Nesta imensidão que é o Pantanal, existem pessoas que passam anos sem vir para a cidade e sobrevivem em uma realidade completamente diferente da que estamos acostumados no meio urbano. Mas que apesar disso, são apaixonadas pela sua terra e são felizes por viver ali", continuou o chefe do Executivo corumbaense durante solenidade realizada no 6º Distrito Naval.

Em seu discurso, o prefeito ainda agradeceu o olhar diferenciado para os povos tradicionais da Planície Pantaneira, a união de esforços capitaneada pela Justiça Federal e lembrou do trabalho desenvolvido pelo Poder Público municipal na região. "Só nos últimos dois anos realizados 18 ações do Programa Social Povo das Águas. Neste ano serão mais 10 viagens para todas as regiões do pantanal corumbaense com atendimento médico, odontológico, social e educacional".

Os Tribunais Regionais Federais (TRFs) da 1ª e da 3ª Região, os Tribunais de Justiça (TJs) do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) dos dois Estados, a Defensoria Pública de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, Defensoria Pública da União, o governo dos dois Estados, o cartório de registro de Corumbá/MS e de Cáceres/MT, além do Ministério da Pesca, Ministério da Previdência Social, Ministério das Comunicações, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal do Brasil, Sesi e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul também são parceiros da Expedição da Cidadania.

De acordo com a juíza Raquel Domingues do Amaral, presidente da turma recursal dos juizados de Mato Grosso do Sul e coordenadora da expedição, devem ser atendidas cerca de 1.500 pessoas que vivem às margens do Rio Paraguai, além da população pantaneira que vive no interior das fazendas, também em situação de isolamento. "Nosso maior desafio é garantir a esta população direitos básicos que já existem", destacou.

A desembargadora federal da 1ª Região, Gilda Seixas, também participou da cerimônia de lançamento do projeto e ressaltou a importância do trabalho. "O objetivo não é só levar

CONT.



cidadania, mas também desenvolvimento para essas pessoas e o progresso a até essas famílias e que eles tenham condições de serem verdadeiros cidadãos”.

O prefeito de Ladário, José Antônio Assad e Faria, o secretário estadual de Saúde, Nelson Barbosa Tavares, o general Pedro Paulo de Melo Braga, comandante da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, e o vice-presidente da AJUFE, juiz federal Fernando Mendes. A solenidade foi encerrada com o discurso do contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho, comandante do 6º Distrito Naval.

“Todas as ações que nos foram solicitadas nesses dois anos que estou aqui foram realizadas”, observou. “Nunca mais podemos nunca mais em nosso País pensar em trabalhar separados. Essa sinergia entre as pessoas, entre as instituições, uma característica muito importante deste trabalho”, finalizou. A expedição percorrerá cerca de 600 quilômetros do Rio Paraguai e reunirá aproximadamente 60 voluntários, entre servidores, magistrados, e até mesmo palestrantes para dar, por exemplo, orientações sobre primeiros socorros em caso de picadas de cobras, causa muito frequente de mortes na região.

Na primeira fase da Expedição Cidadania, que ocorrerá no período de 10 a 27 de março, serão feitos pré-atendimentos para a identificação das necessidades da população atendida, expedição dos documentos e elaboração dos requerimentos administrativos de benefícios previdenciários. Já na segunda visita da expedição, que deve ocorrer no período de 11 a 29 de maio, serão entregues os documentos, realizadas as audiências de instrução e julgamento dos processos.

Fonte: Erick Silva - De Corumbá e região para o Capital News

Pescadores e pescadoras artesanais: arte e sustento em terras e águas brasileiras
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 10.03.2015



CPP Nacional – A edição de março do jornal Mundo Jovem traz artigo do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) sobre as comunidades tradicionais pesqueiras do Brasil. O modo de vida, a cultura e a religiosidade dessas populações tradicionais ganham espaço no veículo que também aborda como o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil vem ameaçando a existência de pescadoras e pescadores artesanais. Leia o artigo:

Elionice e Rosalvo fazem parte dos cerca de 1,5 milhões de pescadores e pescadoras artesanais que integram comunidades tradicionais pesqueiras espalhadas por todo Brasil. De norte a sul, elas vivem ao longo dos 8.500 km da costa brasileira e em torno dos 13% das águas doces do mundo localizadas no país.

Rosalvo da Silva é pescador artesanal no município de Petrolândia, no Sertão pernambucano. Com 64 anos, ele exerce a atividade da pesca desde a adolescência, ofício ensinado por seus pais em uma tradição de troca de saberes passados de geração a geração. A alguns quilômetros da região de Rosalvo, em Salinas da Margarida, na Bahia, vive Elionice Sacramento, jovem pescadora que também tira das águas seu modo de vida.

CONT.



As comunidades tradicionais pesqueiras são assim chamadas por terem na pesca sua principal atividade, desenvolvida em espaços de terra e água conhecidos como território pesqueiro. Carregados de mística e da magia dos conhecimentos pesqueiros, como técnicas e apetrechos tradicionais que retiram da natureza o que ela é capaz de repor, esses ambientes são fundamentais para manter o modo de vida e a reprodução social dessa população tradicional.

Cultura e fé

As comunidades pesqueiras possuem riquezas culturais diversas, múltiplas religiosidades, crenças, danças e festejos. Suas manifestações mais conhecidas são as cirandas, o coco e o samba de roda, o samba de veio, o fandango, os bordejos e a puxada de rede. No campo da fé, as devoções a São Pedro, padroeiro dos povos pesqueiros do país, unem as crenças dos pescadores e das pescadoras.

A criatividade é marca destas comunidades. Assim, elas acumulam inúmeros contos, lendas e causos, em que misturam a imaginação e as experiências que vivenciam na beleza e nos riscos de ser pescador e pescadora artesanal.

As comunidades pesqueiras estabelecem com as águas dos rios, dos mares, dos manguezais e das lagoas relações de convivência e respeito, o que contribui com a conservação do meio ambiente e a manutenção da riqueza dos recursos naturais. Essa forma de lidar com a natureza é refletida em uma produção saudável, já que existe aí um cultivo livre de insumos químicos.

Luta e resistência

Segundo as comunidades, o peixe, a lagosta, o marisco, o caranguejo, e tantos outros frutos do mar e dos rios, originários da pesca artesanal, representam cerca de 70% do pescado nacional de qualidade. Essa produção abastece a mesa dos brasileiros, contribuindo com sua segurança alimentar e nutricional.

No entanto, o modo de vida e a própria existência dessas comunidades estão em risco, o que tem levado diversos pescadores e pescadoras artesanais do país a estabelecerem processos de luta e resistência. Essas ameaças, que levam a vários casos de violação de direitos humanos, são representadas pelo avanço desordenado dos grandes projetos e empreendimentos, além da Aquicultura (criação de peixe em cativeiro e com uso de produtos químicos) e da Pesca industrial, que invadem os territórios pesqueiros expulsando das terras e das águas quem ali sempre viveu e preservou.

O que acontece no Brasil é um processo silencioso de extermínio das populações tradicionais. Cada vez mais se faz necessário o conhecimento da sociedade sobre as situações que se encontram as comunidades pesqueiras do país. Organizados no Movimento de Pescadores e

CONT.



Pescadoras Artesanais (MPP) e em outras organizações a nível nacional e local, como associações, colônias, sindicatos e cooperativas, os homens e as mulheres das terras e das águas estão se articulando na luta por políticas que respeitem seu modo de vida e que os incluam nas dinâmicas de desenvolvimento do Estado.

A força que brota na união dos grupos pesqueiros está viva e avança para tornar visível toda a magia e a importância que esses povos representam para o Brasil e para a humanidade.

Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras

Em 2012, foi lançada a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, propondo um projeto de lei que garanta o direito ao território das comunidades pesqueiras do país. Para que a proposta chegue ao Congresso Nacional, é preciso a assinatura de 1.5000.000 eleitores brasileiros.

O abaixo-assinado e mais informações podem ser acessados no blog.

A Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras também está presente reafirmando a importância em se defender o território pesqueiro.

Foto: Uendel Galter



Boletim de Notícias - Edição nº 43/2015

Brasília, 10 de março de 2015.

Procuradores cobram regularização de terras quilombolas

SÍTIO PORTAL EBC, 10.03.2015

Sâmia Mendes

Ministério Público Federal no Amapá (MPF-AP) recorre à Justiça para cobrar a conclusão de processos de regularização de terras quilombolas no estado.

Os procuradores deram entrada a seis ações civis públicas cobrando a conclusão dos processos de regularização das terras Cunani, Rosa, Ilha Redonda, São Pedro dos Bois, Lagoa dos Índios e São José do Mata Fome.

[Ouça a reportagem.](#)



Economia Criativa: Secel-MT e Mato Grosso Criativo retomarão ações no quilombo de Mata Cavalo

SÍTIO CENÁRIO MT, 10.03.2015

Dando continuidade às ações de diálogo com as lideranças do quilombo de Mata Cavalo para a identificação de demandas, a Secretaria Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso, por meio do Mato Grosso Criativo (MT Criativo) visitará a comunidade de Mata Cavalo no mês de abril. Esta será a segunda visita do MT Criativo à comunidade, onde pretende desenvolver um projeto voltado ao turismo cultural, valorizando a produção local como atrativo turístico, e gerando renda na região.

Inicialmente, será feita sensibilização e mapeamento das comunidades por meio de rodas de conversa, a partir da qual será definida a linha de ação que balizará os trabalhos, buscando atender às demandas encontradas. Algumas das propostas são oferecer capacitações e consultorias com o auxílio da UFMT e do Instituto Histórico do Instituto Histórico do Patrimônio Artístico e Cultural (Iphan) e elaborar uma rota turística e cultural, entre outras ações.

No mapeamento inicial, o objetivo é descobrir os diferentes fazeres e saberes da comunidade, identificando os patrimônios material e imaterial. O assunto foi tratado em uma reunião promovida pela coordenação de Articulação do MT Criativo com as lideranças quilombolas, na última quinta (5), com a presença do secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, Leandro Carvalho. Ele ressaltou as dificuldades enfrentadas pela pasta no momento, o que não garantirá soluções imediatas às demandas, mas citou como avanço a criação da Gerência de Povos Tradicionais na nova estrutura da Secel-MT, algo inédito na pasta. Essa gerência terá o objetivo de dialogar com as lideranças em busca de soluções para suas demandas.

O secretário se comprometeu a levar ao governador Pedro Taques as reivindicações dos quilombolas quanto à regularização fundiária, destacando o interesse que o mesmo tem pelo tema e pela comunidade de Mata Cavalo.

Ele também lembrou que a comunidade de Mata Cavalo está inclusa no projeto do Arranjo Produtivo Local da Economia Criativa do Vale do Rio Cuiabá, que tem como meta diagnosticar as potencialidades regionais geradoras de receita que fomentam a economia criativa para, em seguida, traçar um planejamento estratégico com foco no fortalecimento dos envolvidos na cadeia produtiva local. "Não é de um dia para o outro que vamos fazer estas mudanças, mas elas vão acontecer, pois quando se vai para o rumo, a coisa acontece. Nosso objetivo é ter um relacionamento sério e direto com a comunidade. Vamos procurar trabalhar de forma transversal junto a outras secretarias, criar infraestrutura para que as ações em favor dos povos tradicionais aconteçam como política de Estado".

Para Ana Maria de Arruda, uma das principais lideranças da comunidade, a ação é bem vinda

CONT.



por apresentar alternativas reais de mudança para a comunidade. “É interessante, pois precisamos de um centro cultural onde a gente possa demonstrar nossos produtos, produzimos muito e não temos onde nem os meios de mostrar este material”, finaliza.

A reunião contou com cerca de 20 lideranças quilombolas, onde foram apresentadas algumas das principais demandas da comunidade, bem como feitas algumas propostas de encaminhamento para o início do levantamento na comunidade. A principal delas foi geração de trabalho e renda.

Também participaram da reunião a coordenadora do Iphan, Marina Lacerda, e a Professora Dra. Sônia Regina Lourenço, do Departamento de Ciências Humanas e Sociais da UFMT, que integram a equipe de estudo e ação junto ao quilombo.

Na ocasião, a professora Sônia Regina apresentou aos quilombolas o resumo de um projeto de pesquisa e mapeamento desenvolvido por ela junto à comunidade do quilombo de Lagoinha de Cima, no município de Chapada dos Guimarães, onde obteve importantes resultados quanto ao reconhecimento das práticas culturais do quilombo. Ela ressaltou a importância de manter as práticas do Quilombo o mais inalterada possível, não procurando adequá-las ao gosto do turista, mas sim valorizando e respeitando o que se tem.

Ela destacou também a importância dos desdobramentos gerados por este tipo de ação, que fomentam outros órgãos na elaboração de políticas públicas e favorecem a criação de canais de diálogo entre a comunidade e os entes responsáveis por estas políticas.

“Muita coisa da realidade quilombola não está na aparência, o que o turista vai ver? Reconhecer o patrimônio imaterial é reconhecer que há vida no quilombo, que sua história não se resume à luta pela terra”.

Estiveram presentes na reunião as lideranças Ana Maria de Arruda, Berenice do Espírito Santo, Arlete Pereira, Airton Conceição de Arruda, Adrianny de Arruda, Ivone Arruda Abreu, Elizeu da Silva, Carlos Roberto Caetano (representando o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial), Zulmira Maria Lúcia, Leonice Rosa da Silva, Manoel Pedro Figueiredo, Maria Judith de Barros, Lúcia Francisca de Barros, Lorize Domingos, Nayara Leite das Neves, Sônia Regina Lourenço, entre outras.

Indígenas atribuem a ato de racismo assassinato de professor Huni Kui em Santa Rosa do Purus (AC)
SÍTIO CIMI, 10.03.2015



Apesar da polícia trabalhar com a hipótese de latrocínio, roubo seguido de morte, lideranças Huni Kui afirmam que o brutal assassinato do professor Carlos Alberto Domingos Kaxinawá (na foto), de 34 anos, no último domingo, 8, em Santa Rosa do Purus (AC), teve como fatores de motivação o racismo e o preconceito. Quatro indivíduos, oriundos de Sena Madureira, foram presos em flagrante.

“Por conhecer o comportamento dele, e pela forma que o mataram, eu não tenho dúvidas de que foi puro racismo e preconceito. Tem sido uma prática em Santa Rosa esse tipo de morte. São pessoas de fora, não indígenas, no geral de Sena Madureira que chegam com violência”, explica Ninawá Huni Kui. O indígena assassinado era filho do cacique Edivaldo Domingos Kaxinawá e estudava pedagogia.

Santa Rosa do Purus fica na microrregião de Sena Madureira, município onde indígenas, sobretudo os Jaminawa expulsos de suas terras tradicionais, vivem em situação de miséria,

CONT.



mendigando e sendo hostilizados pelas ruas. Os indígenas moram em um bairro exclusivamente indígena às margens do rio Iaco, afluente do Purus. Em época de cheia, só é possível chegar aos quintais das casas de barco. Em 2012, este repórter viu de perto a situação de intolerância contra os indígenas.

Numa rápida caminhada pela cidade, crianças eram enxotadas a pontapés enquanto tentavam resgatar bananas verdes caídas de cachos transportados por atravessadores. As mais lépidas se perdiam entre os becos do bairro Jaminawa com o único alimento do dia seguro entre as mãos, contra o peito. Comerciantes se negavam a ter na porta de seus estabelecimentos indígenas atrás de comida ou moedas.

“Cada vez mais pessoas com essa mentalidade racista chegam em Santa Rosa. Tratam os indígenas como se não fossem nada. Não era assim antigamente e só vem aumentando esse tipo de violência. Já é a quarta que acontece assim, com parente sendo morto como se fosse animal”, completa Ninawá. De acordo com matéria da Rádio Yandê, cuja programação é realizada por indígenas, Ventura Samora Kaxinawá, Sebastião Kaxinawá e Carlos Torres Peres Kaxinawá foram atingidos, em 24 de março de 2013, por tiros na virilha, abdômen e tórax após participarem como torcedores de uma partida de futebol de salão no ginásio de esportes da cidade. Os tiros foram de espingarda calibre 24 e o atirador foi preso em flagrante.

Conforme Ninawá, tais crimes trazem em si a ideia de que como seres inferiores os indígenas podem ser mortos. O racismo, portanto, motiva a ação criminosa e o grau da crueldade. Caso do professor Carlos Alberto, morto a tijoladas. “Se fosse apenas roubo, era só levar a carteira”, afirma Manoel Kaxinawá, tio do professor e liderança do Polo Base de Saúde de Santa Rosa do Purus. O indígena explica que na cidade e nas aldeias paira a insegurança. “Estamos todos muito tristes e revoltados. Queremos que se faça justiça”, diz. Como as aldeias ficam afastadas, os indígenas temem que a violência se alastre para fora da cidade.

O jornalista acreano Altino Machado comparou o assassinato do professor ao caso de Galdino Pataxó Hã-hã-hãe, queimado vivo numa parada de ônibus em Brasília. “Engana-se quem imagina que, pelo fato de vivermos na Amazônia, os indígenas contem com o respeito que merecem e não haja jovens como aqueles que, em Brasília, atearam fogo e mataram Galdino”, escreveu o influente colunista numa de suas redes públicas.

Povos do Alto Purus

Kaxinawá é a forma que os brancos passaram a chamar os Huni Kui, que habitam o Alto Rio Purus ao lado dos Madjae de povos em situação voluntária de isolamento – os livres. O rio nasce nos Andes e no Brasil inicia o trajeto em Santa Rosa do Purus, fronteira com o Peru, em sua parte alta. A cidade detém acentuada presença indígena entre seus 5.600 habitantes (IBGE, 2010), tendo a imagem de um indígena no brasão, e é referência para as atividades de saúde, educação e transporte, ao lado de Manoel Urbano, município também às margens do Purus, mas na fronteira com o estado do Amazonas.

CONT.



Leia abaixo a carta de Ninawá Huni Kui ao professor assassinado:

Nunca saberemos o que vai acontecer com as nossas vidas

Deus nos criou e nos deu vida para cumprirmos uma missão aqui no Planeta Terra. A trajetória pode ser árdua para uns, e fácil para outros, mais nunca deixa de ser uma luta. Assim foi a trajetória do meu PRIMO IRMÃO (HUNI KUI SIÃ YNU BAKÊ) Carlos Alberto Domingos Kaxinawá, de 34 anos, pai de cinco filhos, com suas duas esposas. Professor exemplar, homem alegre e amigo, respeitador, responsável e cumpridor de suas obrigações, princípios herdados de seu pai o (Yukên ynu Bakê), o Cacique EDIVALDO DOMINGOS KAXINAWÁ. O Siã estava em Santa Rosa, realizando mais um de seus sonhos, fazendo uma faculdade na aérea pedagógica, durante suas férias, Siã nunca se envolveu na marginalidade, não é traficante, não é estuprador, Siã, homem que sempre terá o meu respeito e admiração, ao qual quero deixar aqui minhas poucas palavras de agradecimentos.

Gratidão Siã, meu primo, meu irmão e meu amigo, por ter sido uma pessoa muito exemplar em nossa família, tenho muito orgulho de você, esse orgulho ficará para sempre em meu coração e em minha mente, vou sentir muita saudade das nossas brincadeiras, das nossas conversas, quero poder contar para teus filhos os teus sonhos, os quais tive a honra de compartilhar com você. Desejo-te um bom descanso primo irmão, vá em paz!!!, que vou continuar aqui lutando por dias melhores para nossa família e para nosso povo, te prometo que farei o que for possível para que a justiça do homem seja feita, porque a de Deus é certa.

Com muita saudade de você...

Ninawá Ynu Bakê Huni Kui